

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Jéssica Kobayashi Corrêa

O psicólogo de instituição socioeducativa para pessoas em situação de
rua: um estudo sobre sua identidade

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

SÃO PAULO

2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Jéssica Kobayashi Corrêa

O psicólogo de instituição socioeducativa para pessoas em situação de rua: um estudo sobre sua identidade

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof^a. Dr.^a Mitsuko Aparecida Makino Antunes.

SÃO PAULO

2009

Banca Examinadora

Agradecimentos

Meus agradecimentos são muitos e, assim como minha história de vida como mestranda do programa Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, se iniciará com meus pais. A partir deles, construo o processo de agradecimento a todos aqueles que fizeram parte, direta ou indiretamente, deste trabalho.

Agradeço aos meus pais, por me apoiarem nas minhas decisões. Ao meu pai, meu professor da vida. A minha mãe, minha companheira, sem ela não conseguiria terminar este trabalho.

Agradeço aos meus filhos e meu marido, pela compreensão em relação a minha ausência, enquanto estudava. Por vocês vale a pena lutar por um mundo melhor.

Agradeço à minha família de sangue e minha família de filiação, pela força, sempre.

Aos Movimentos Nacionais dos Catadores de Material Reciclável e da População em Situação de Rua, aprendi com vocês sobre como podemos lutar e transformar a nossa realidade.

A toda equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da cidade de São Paulo, aprendi com vocês sobre a complexidade da execução e das possibilidades das políticas públicas.

A minha companheira de trabalho Alessandra Medeiros, nossas reflexões e buscas por uma metodologia de trabalho que me incentivaram a fazer esta pesquisa.

Aos colegas da turma de mestrandos do 1º semestre de 2007, foram muitas as situações de aprendizado e transformações em conjunto, obrigada pela força.

À CAPES, que possibilitou que esse estudo acontecesse, espero poder contribuir.

Aos psicólogos (as) que lutaram e conseguiram estabelecer a psicologia e seu compromisso social, foi uma honra ser aluna de vocês, em especial aos professores Ana Bock, Claudia Davis, Wanda Junqueira, Antonio Ronca, Sergio Luna, Heloisa Szymanski e Melania Moroz.

À psicóloga Maria, que compartilhou e confiou sua história comigo. E a minha especial orientadora, minha mestra, Mitsuko Aparecida Antunes, pelo aprendizado que surgiu para realizar este trabalho. Obrigada também pelo seu entusiasmo e por deixar viva em mim a chama para novos projetos acadêmicos.

“O homem é transformado pela sociedade, mas também a transforma, e nessa dialética encontra a possibilidade de sua liberdade, transformando as relações que lhe impede a autonomia.” (Ednilton José Santa-Rosa)

Resumo:

Este estudo objetivou investigar o movimento de constituição da identidade profissional do psicólogo que atua em instituição socioeducativa que atende população em situação de rua. O referencial teórico adotado é a Teoria da Identidade de Ciampa, que a concebe como metamorfose. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de base sócio-histórica. Como procedimento utilizou-se de entrevista reflexiva para apreensão da história de vida do profissional psicólogo que atuou por mais tempo em uma instituição socioeducativa, denominada albergue, para pessoa em situação de rua da cidade de São Paulo. Verificou-se que a constituição da identidade do psicólogo se dá na construção de uma prática psicológica em que fatores como histórico da profissão, formação acadêmica, necessidades e demandas da instituição e da população ali atendida, realidade social vivenciada, bem como os sentidos pessoais atribuídos à essas vivências, são determinantes. A pesquisa indica que a identidade do psicólogo é constituída na superação das contradições entre o que estava prescrito como papel do psicólogo, o papel prescrito para a atuação na instituição e as necessidades que a realidade dos sujeitos atendidos impõem. É na atividade que o psicólogo cria vários personagens que coexistem, se alternam ou se superam, apresentando um movimento contínuo de transformação e metamorfose que, conseqüentemente, acaba transformando seu ambiente de trabalho e as pessoas que dele participam, sejam profissionais ou usuários, assim como provoca transformações também no âmbito da psicologia, seja como ciência ou profissão.

Palavras-chave: *constituição da identidade, trabalho socioeducativo, população em situação de rua, identidade profissional do psicólogo.*

Abstract:

This study aimed at investigating the movement for the constitution of the professional identity of the psychologist who works in social-educational institutions which cater for the homeless population. The theoretical reference adopted was Ciampa's Identity Theory, which conceives it as a metamorphosis. It is a qualitative research with social and historical background. The procedure utilized a reflexive interview to capture the history of the professional psychologist who had worked the longest at a social-educational institution called hostel, for homeless people in São Paulo City. We observed that the constitution of the identity of the psychologist occurs in the construction of a psychological praxis in which factors such as professional history, educational background, needs and demands from both the institution and the people it serves, social status, as well as personal meanings attributed to those experiences, are determining. The research points out that the identity of the psychologist is constituted in the overcoming of the contradictions between what was prescribed for the work at the institution and the needs imposed by the reality of the individuals served. It is in his activity that the psychologist creates various characters who coexist, take turns or excel, presenting a continuous movement of transformation and metamorphosis which, as a consequence, ends up transforming his working environment and the people which belong in there, whether professionals or users, as well as triggering transformations in the psychology scope, whether as science or profession.

Key words: *constitution of the identity, social-educational work, homeless people, professional identity of the psychologist*

SUMÁRIO

Introdução_____	p. 09
Cap. 1: O atendimento às pessoas em situação de rua e o trabalho socioeducativo na cidade de São Paulo_____	p. 24
1.1. Caracterização da pessoa em situação de rua_____	p. 24
1.2. Histórico do atendimento na cidade de São Paulo_____	p. 31
1.3. Rede de atendimento socioassistencial da cidade de São Paulo_____	p. 37
1.4. Caracterização do trabalho socioeducativo desenvolvido_____	p. 41
1.5. Caracterização do(a) psicólogo(a) que atua no serviço_____	p. 46
Cap. 2: Identidade_____	p. 52
Cap. 3: A Pesquisa_____	p. 57
Cap. 4: Apresentação, Análise e Discussão dos Dados_____	p. 68
Cap. 5: Considerações Finais_____	p.104
Referências Bibliográficas_____	p. 113

INTRODUÇÃO

O interesse pelo segmento populacional denominado população em situação de rua¹ tem aumentado, assim como o número das pessoas assim denominadas e as formas como as políticas públicas têm atuado para esse atendimento.

Sendo assim, a presente pesquisa busca contribuir para a compreensão dessa temática, trazendo à luz uma nova maneira de ver esse atendimento, com foco no trabalho socioeducativo desenvolvido e, em especial, na maneira como o profissional psicólogo atua em um serviço específico que compõe a política de atendimento a pessoas em situação de rua, os albergues².

Consideramos, para este estudo, como população em situação de rua:

(...) todo indivíduo migrante, imigrante ou nascido numa grande metrópole que não consegue (...) prover o seu bem-estar. Após atravessar um momento em que ocorre o afastamento do mercado de trabalho, a desestruturação familiar e o rompimento com as antigas relações que compunham sua rede de sociabilidade (...), esses indivíduos passam a depender da rede pública de proteção social, quando não se apropriam do espaço público, transformando-o em moradia. (Giorgetti, 2006, p. 25).

Podemos dizer, de outra maneira, que formam essa população os indivíduos que pernoitam em praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto, locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos, ou que também pernoitam em albergues públicos ou de organizações sociais (SÃO PAULO, 2003).

¹ São vários os termos utilizados para designar essas pessoas: mendigo, morador de rua, população de rua, povo de rua etc. Utilizaremos o termo “pessoas/população em situação de rua” para ressaltar nossa crença no caráter processual da vida nas ruas.

² Recentemente, esse termo foi substituído por Centro de Acolhida, em normatização da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da cidade de São Paulo. No entanto, na presente pesquisa utilizaremos o termo albergue, por ser mais comumente conhecido.

Estudos produzidos por diferentes áreas de conhecimento, como Serviço Social, Psicologia, Ciências Sociais e Saúde Pública apontam alguns determinantes dessa situação.

Muitos associam as pessoas em situação de rua a distúrbios mentais, *“para essas pessoas com tal opinião, a grande maioria dos moradores de rua é constituída por doentes mentais graves”* (Lovisi, 2000, p. 14).

No entanto, é possível afirmar que mesmo para aqueles que têm um quadro de doença mental, essa condição não pode ser considerada como causa primária da ida para as ruas. Falta de apoio social, falta de condições financeiras da família, alta taxa de abuso e dependência de álcool/drogas e também os ditos distúrbios de personalidade antissocial são considerados como fatores de risco para que o indivíduo com distúrbio mental venha a morar na rua (Lovisi, 2000, p. 45).

Silva (2006) considera esse fenômeno como uma expressão radical da questão social na contemporaneidade, influenciada pelas mudanças no mundo do trabalho. Essas mudanças contribuíram para a expansão de um exército industrial de reserva, que ocasionou a elevação dos níveis de desigualdade social e vulnerabilidade da classe trabalhadora, fazendo com que as relações sociais de trabalho se tornassem fatores determinantes para o fenômeno da população em situação de rua.

Varanda (2003) acrescenta que as mudanças nas relações de trabalho e o aumento da pobreza não são fatores determinantes, mas estão relacionados com as rupturas sucessivas no universo afetivo das pessoas, culminando com a situação de rua.

Giorgetti (2006, p. 24) concorda com essa interpretação, afirmando que *“a situação familiar das pessoas de rua é marcada por rupturas de todo tipo, que as levam ao*

isolamento social". Aponta também outros fatores que levam as pessoas a essa situação, como o fato de alguns serem ex-presidiários que enfrentam dificuldade para serem incluídos novamente no mundo do trabalho, bem como o fato de muitos serem usuários de álcool e drogas.

Alvarez, Alvarenga e Ferrara (2004) verificam que a ausência de mãe ou pai devotado que pudessem ampará-los (pessoas em situação de rua) em sua trajetória infantil contribui para que a formação do indivíduo seja calcada num sentimento de desconfiança na sociedade e na própria capacidade para enfrentar suas necessidades e desejos mais urgentes.

Verifica-se, dessa forma, que os determinantes atribuídos a essa situação são múltiplos, devendo-se levar em conta, sobretudo, seu caráter sócio-histórico e afetivo-relacional.

Apesar do entendimento de que os fatores socioeconômicos, por si só, não são determinantes para a situação de rua, percebe-se que a situação socioeconômica do país, bem como a falta de acesso de grande contingente de pessoas a serviços públicos de qualidade, como educação e saúde, favorecem o aumento dessa população.

Na medida em que o número de pessoas em situação de rua aumenta, tem-se um movimento de reorganização e readequação do funcionamento do Poder Público no atendimento a essa população, buscando assegurar os direitos previstos pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 5º estabelece que "*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza*" e em seu artigo 6º assegura os direitos sociais dos cidadãos "*a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados*".

Para garantir esses direitos a todos os cidadãos, foram promulgadas Leis Orgânicas que dispõem sobre as condições, organização e funcionamento dos serviços que atendem a população, garantindo o acesso universal e igualitário a todos.

Essas ações, programas e serviços de atendimento à população são formulados e implantados pela Federação, Estados e Municípios, de acordo com a legislação.

Nesse contexto, a cidade de São Paulo é uma das pioneiras e referência nacional no desenvolvimento do atendimento voltado especificamente para o segmento populacional das pessoas em situação de rua, buscando minimizar essa questão nas diversas áreas de atendimento.

Esse pioneirismo de São Paulo deve-se ao fato das diversas Igrejas (Católica, Metodista etc.) terem iniciado o trabalho com essas pessoas e, em conjunto com organizações da sociedade civil, terem reivindicado e lutado para a consolidação de uma política pública de atendimento a essas pessoas.

Assim, em 1997, a Lei Municipal nº 12.316 foi promulgada, criando a política de atenção à população de rua. É importante destacar que essa lei levou aproximadamente 10 anos para que fosse aprovada, tendo sido vetada diversas vezes pelo Executivo e pela Câmara Municipal dos Vereadores (Giorgetti, 2006).

Em 2001, promulgou-se o Decreto Municipal nº 40.232, que regulamenta essa lei, dispondo sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua na cidade de São Paulo.

Em 2003, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) realizaram Estimativa e Censo da população em situação de rua em alguns distritos da cidade.

Constatou-se, nesse levantamento, a existência de 10.399³ pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo.

Percebe-se, dessa forma, que o atendimento público voltado a essa população é recente.

De uma maneira geral, podemos dizer que esse atendimento, em sua quase totalidade, é desenvolvido por organizações da sociedade civil sem fins lucrativos⁴, caracterizando um atendimento institucional. Esse atendimento público é dividido em diversas modalidades, como segue:

³ Em 2007, a Prefeitura de São Paulo estimava haver aproximadamente 12.000 pessoas em situação de rua na cidade.

⁴ O atendimento público é realizado por organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que atuam por meio de convênios com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. Há casos de entidades que não possuem convênio com a SMADS, mas esse tipo de atendimento não será objeto desta pesquisa.

Tipos de atendimento institucional da cidade de São Paulo⁵

Modalidade	Especificação
Presença Social nas Ruas	Atendimento realizado nas ruas, buscando incentivar as pessoas em situação de rua a saírem dessa situação.
Albergues	Atendimento que oferece local para dormir, comer, tomar banho e lavar roupa. Além disso, oferece atividades sócio-educativas e atendimento social.
República Social	Também oferece espaço para dormir, comer, tomar banho e lavar roupa, porém são espaços menores, com menos pessoas atendidas. As pessoas devem ter mais autonomia, pois pagam uma taxa de manutenção mensal e são responsáveis pelos custos com alimentação e material de limpeza. Além disso, as pessoas são atendidas por um (a) assistente social.
Hotel Social	Funciona como um hotel. Também para pessoas com mais autonomia.
Bagageiro	Local para as pessoas em situação de rua poder guardar seus pertences. Possui também atendimento social realizado por assistente social.
Restaurante	Local para alimentação gratuita.
Núcleos de serviço e convivência	Atendimento que oferece local para comer, tomar banho e lavar roupa. Além disso, oferece atividades sócio-educativas e atendimento social. Funciona somente durante o dia.
Núcleo de Inserção Produtiva	Atendimento voltado para a geração de renda ou capacitação profissional.

⁵ Essa tabela foi baseada em dados de documento da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, não publicado (São Paulo, 2006b).

A relação institucional que se estabelece entre a pessoa em situação de rua e a instituição de atendimento⁶ que a recebe pode ter um importante papel nos rumos que aquela pessoa tomará em sua vida, uma vez que o objetivo institucional que se apresenta é o de resgate da autoestima, promoção da autonomia e reinserção social.

Sendo um espaço de caráter transitório, o tempo que a pessoa é atendida nesse local pressupõe que ela consiga estabelecer novas relações, elaborar um novo projeto de vida, retomar o convívio social, resgatar sua cidadania e se transformar em um sujeito de direitos. Busca-se, com isso, que a pessoa, ao ser atendida na instituição, possa adquirir novos conhecimentos por meio de um processo de desenvolvimento social e pessoal, em que o diálogo, a troca de idéias e a convivência promovam situações que possibilitem esse desenvolvimento.

Deve-se destacar o que estamos considerando como instituição, autonomia e como entendemos ser possível a realização dessa proposta institucional. Segundo Libâneo,

(...) as práticas educativas não se restringem à escola ou à família. Elas ocorrem em todos os contextos e âmbitos da existência individual e social humana, de modo institucionalizado ou não, sob várias modalidades. (...) Há, também, as práticas educativas realizadas em instituições não convencionais de educação, mas com certo nível de intencionalidade e sistematização, (...) caracterizando a educação não-formal. (*apud* Lisita, 2007, p. 513)

Em outras palavras, podemos dizer que a educação não-formal, segundo Machado (s/d) é um conjunto de processos planejados, intencionais, que

⁶ Apesar de existirem diferentes modalidades de atendimento institucional, a presente pesquisa focará o seu estudo nos albergues, por serem a modalidade de atendimento de maior investimento público nas últimas gestões administrativas.

apresentam organização específica, mas que não estão vinculados à obtenção de graus do sistema educativo formal.

Difere da educação informal, que é aquela educação que acontece ao longo da trajetória de vida do indivíduo em interação com a família e as experiências de vida. Também difere da educação formal, que é a educação escolar.

Partindo desse pressuposto, considero que as instituições ligadas à Política de Assistência Social, com ênfase nas instituições que atendem população em situação de rua, devem ser consideradas como instituições de educação não-formal, uma vez que apresentam certa sistematização e intencionalidade no desenvolvimento de suas práticas educativas.

As instituições que atendem população em situação de rua, os albergues, além de ofertar local para dormir, comer, fazer sua higiene e lavar roupa, promovem atividades socioeducativas e acompanhamento social com vistas aos objetivos institucionais, tendo em vista que, uma vez sanadas as necessidades básicas de sobrevivência, faz-se necessário o desenvolvimento de um atendimento que possibilite a inserção social daqueles socialmente excluídos.

Entendemos autonomia como a capacidade da pessoa resolver seus problemas e necessidades por si mesma, possibilitando, dessa forma, sua inserção social e independência dos serviços públicos de acolhimento.

Partindo da premissa apresentada, de que as instituições albergues devem ser vistas sob uma ótica para além da proteção social, mas também com um caráter educacional, o presente estudo busca contribuir para uma transformação na maneira de olhar para esse tipo de serviço, que ultrapassa a acolhida, o abrigo e a escuta qualificada e que joga luz para o trabalho social e educativo desenvolvido, que deve adotar procedimentos e atividades de cunho pedagógico e

educacional que trabalhem as questões subjacentes que envolvem a promoção da autonomia, uma vez que o educar, segundo Libâneo (2004), é

(...) conduzir de um estado a outro, é modificar numa certa direção o que é suscetível de educação. O ato pedagógico pode, então, ser definido como uma atividade sistemática de interação entre seres sociais, tanto a nível do intrapessoal quanto a nível da influência do meio, interação essa que se configura numa ação exercida sobre sujeitos ou grupos de sujeitos visando provocar neles mudanças tão eficazes que os torne elementos ativos desta própria ação exercida. (Libâneo, 2004, p. 166)

Sendo assim, percebe-se que a relação que se estabelece entre a pessoa em situação de rua e a instituição que a atende é um fator determinante para o adequado desenvolvimento do atendimento. Essa relação já foi objeto de alguns estudos, que auxiliam no entendimento de sua importância e como ela irá refletir sobre a pessoa atendida.

Segundo Faria e Machado (2004), existem três lógicas da provisão de bens e serviços para o atendimento dessa população: os que são desenvolvidos pela sociedade civil, os ligados à Pastoral de Rua⁷ e os serviços ofertados pelas Políticas Públicas. Cada um tem seu foco de atuação, sendo os serviços ofertados pela sociedade civil, de maneira predominante, calcada na caridade e remediação de necessidades emergenciais, com caráter filantrópico e ênfase tutelar e subalternizadora. Os serviços ligados à Pastoral de Rua fomentam a autoorganização da população de rua, criação de uma identidade de grupo mais definida para transformação em um movimento social para participação política e reivindicação dos interesses da população de rua. Os serviços ofertados pelas Políticas Públicas, desenvolvidos por órgão público direto ou por meio de

⁷ Vertente da Igreja Católica que atua no atendimento às pessoas em situação de rua.

convênios com a sociedade civil, têm a perspectiva de fazer desses indivíduos sujeitos de direitos, em que a provisão de bens e serviços dá prioridade ao encaminhamento e à inserção na rede de assistência existente.

Percebe-se, dessa forma, que a lógica de provisão de bens e serviços ofertados apresenta uma visão específica da pessoa em situação de rua, respectivamente: “*beneficiário passivo, uma politização por vezes compulsória e, por fim, o reconhecimento de que cabe ao Estado prover, proteger e, se possível, promover*” (Faria e Machado, 2004, p. 38), ou seja, o sujeito de direito não pode ou não consegue prescindir da provisão pública, por vezes paternalista, legitimando a posição desses indivíduos de eternamente injustiçados e de quem sempre tem a receber.

Tomando como base o estudo realizado por Santana et al (2005) sobre o significado que adolescentes em situação de rua atribuem às instituições de atendimento a eles destinadas, foi possível verificar que estas e seus funcionários têm um importante papel na rede de apoio social e afetivo desses adolescentes. Apesar das distinções existentes entre serviços de atendimento para adolescentes e adultos em situação de rua, é possível fazer um paralelo entre esses atendimentos, na medida em que, também para o adulto em situação de rua, a instituição passa a ser um referencial significativo, na qual ele pode se alimentar, fazer sua higiene, ter contato com alguém que conheça sua história de vida (psicólogo, assistente social e educadores) e, de alguma forma, apresenta preocupação com os rumos que o indivíduo seguirá.

Alvarez, Alvarenga e Fiedler-Ferrara (2004), em estudo sobre a interação psicossocial entre duas professoras e seis moradores de rua, denominado encontro transformador, reafirma a ênfase dada na relação de vínculo que se estabelece entre esses sujeitos, que possibilita a transformação psíquica dos envolvidos, promovendo

o despertar das potencialidades de self ⁸ e do sentido de suas vidas, contribuindo para a promoção da resiliência, que, segundo Grotberg, “*é a capacidade humana de fazer frente às adversidades da vida, superá-las e sair delas fortalecido ou inclusive transformado*” (apud Alvarez, Alvarenga e Fiedler-Ferrara, 2004, p.01).

Estudos recentes apresentam sugestões que contribuem para um atendimento mais eficaz. Faria e Machado (2004, p. 44) sugerem que os serviços para a população de rua

(...) não devem se restringir à provisão. (...) se os atendimentos efetuados pelo agente público não priorizarem a busca de inclusão do indivíduo a partir do que ele tem a resgatar em sua história, sentindo-se assim capaz de construir uma saída própria (...), muito provavelmente os programas de atendimento à população de rua acabarão por apresentar sempre um retorno bastante limitado. (...) faz-se necessário priorizar intervenções capazes de alcançar tais indivíduos na sua relação consigo mesmo. (...) Há, assim, elementos para acreditarmos que, normalmente, o morador de rua só é capaz de (...) implicar-se na construção de uma saída (...) a partir do reconhecimento de um traço de sua singularidade como definidor na escolha de seu próprio percurso. Em um movimento de responsabilização pelas suas escolhas, e como artífice de seu projeto, o morador de rua teria condições de se (re) fazer como sujeito e, livre do estigma vitimizador que carrega e muitas vezes nutre, finalmente teria uma possibilidade mais concreta de trilhar um caminho próprio (...)

Gomes (1998) sugere que na reflexão pedagógica voltada para a formação dos educadores profissionais, não se reduza a identidade a uma única dimensão, ou seja, não se aborde insistentemente a pessoa atendida na instituição por uma única dimensão da própria identidade – a de morador de rua, tendo em vista poder ser

⁸ Segundo Safra, “*Winnicott traz a idéia de um self central como potencial herdado pela criança que, já desde o início de sua vida, através de sua interação com o ambiente, com o favorecimento deste estaria experimentando um senso de continuidade de ser e adquirindo gradualmente, à sua maneira e em seu próprio ritmo, uma realidade psíquica e um corpo próprios.*” (apud Alvarez, Alvarenga e Fiedler-Ferrara, 2004, p.02).

esse fato um motivo de mal-estar ou mesmo de uma sensibilidade dolorosa em relação a esse aspecto da própria identidade, uma vez que todos temos a necessidade de sermos reconhecidos na pluralidade das dimensões de nossa identidade. Assim, propõe que novas formas de agir devem ser realizadas, formas essas que reconheçam o sujeito como ativo na construção das alternativas para sua vida.

Um estudo recente, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), em que se buscou avaliar os serviços de atenção a pessoas em situação de rua, na modalidade albergues noturnos e núcleos de serviços com albergue⁹, traz algumas contribuições para a reflexão sobre o atendimento nesses serviços:

Ao mesmo tempo em que os profissionais de grande parte dos albergues atribuem as dificuldades encontradas no trabalho social, à população atendida, atribuem também à falta dos meios necessários para alcançar aquilo que foi proposto como objetivo do trabalho social; alguns reconhecem suas limitações pessoais ao enfrentar situações para as quais não se sentem profissional e emocionalmente preparados.

(...) o albergue é um serviço de assistência e proteção social e que ele, tal como está pensado, não é um serviço que garante a emancipação, a almejada autonomia das pessoas, sem a existência de políticas públicas voltadas para o atendimento de situações tão heterogêneas, que requerem diferentes soluções. (São Paulo, 2006a , p. 120)

A fala dos entrevistados, funcionários dos serviços da rede de atendimento, aponta para a necessidade de uma maior diversidade de ofertas de programas públicos que complementem as ações já em andamento.

⁹ Modalidade de albergue que funciona 24 horas por dia.

Apesar de concordar que as políticas de atendimento devem ser intersetoriais, buscando a complementaridade das ações públicas, o presente estudo busca focar sua atenção no trabalho socioeducativo desenvolvido nesses serviços.

Há indícios de que esse trabalho acaba sendo prejudicado, no dia-a-dia do atendimento, pela maneira de se organizar o serviço:

(...) regras básicas de convivência não devem se sobrepor a uma importante função do trabalho social: o respeito à individualidade e à emancipação. Não é porque as instituições são um espaço coletivo, que elas devem tratar os moradores de rua indistintamente. Mesmo em condições difíceis, em um ambiente sem infra-estrutura adequada, propício à aglomeração, os educadores não devem perder de vista esse aspecto de seu trabalho. (Giorgetti, 2006, p.224)

Outrossim, a postura e o comportamento dos educadores no atendimento às pessoas em situação de rua podem ser contrários à própria proposta de trabalho social do serviço, que ao invés de incentivar a autonomia do indivíduo, faz com que o mesmo se torne mais dependente e infantilizado.

(...) o apego excessivo às regras pode constituir em muitos casos um empecilho para o desenvolvimento do trabalho social – (...) tal apego pode se tornar um meio para aplacá-los (pessoas em situação de rua) ainda mais, pasteurizando seus hábitos e a sua personalidade. (...). Em casos extremos, há uma tendência em infantilizar os moradores de rua. (Giorgetti, 2006, p. 225)

Percebe-se, diante dessa realidade institucional, que a rotina de atendimento contradiz a própria proposta institucional de promoção da autonomia.

Recentemente, a SMADS, visando melhorar o trabalho interno desenvolvido nesses serviços de atendimento, publicou normatização que amplia o

quadro de recursos humanos para o albergue, incluindo profissionais para suporte administrativo e de gestão e o profissional técnico psicólogo em todos os serviços de abrigamento que funcionam 24 horas.

No entanto, estudo recente realizado pela própria SMADS¹⁰ dá indícios que o trabalho desenvolvido pelos profissionais psicólogos, que já atuavam nos serviços, não está claro, havendo inclusive a coexistência de diferentes formas de atuação.

Outro dado levantado pela SMADS sobre a atuação dos psicólogos que já trabalhavam nos albergues¹¹ revela que há casos em que há sobreposição no trabalho desenvolvido pelo psicólogo e pelos assistentes sociais que trabalham no mesmo serviço, havendo a necessidade de uma maior clareza nas atribuições e competências de cada um.

Fazendo um paralelo com a própria história da Psicologia no Brasil, o presente estudo busca analisar o processo de constituição da identidade do psicólogo que trabalha em instituição socioeducativa para pessoas em situação de rua, visando contribuir para um melhor esclarecimento sobre suas atribuições nesse trabalho.

Tendo em vista estudos que apontam a necessidade de uma maior clareza metodológica no atendimento institucional realizado, faz-se necessário verificar de que forma o profissional psicólogo tem atuado e como ele constitui sua identidade profissional na atuação dentro dessa instituição.

A importância deste estudo está em contribuir para se verificar como o trabalho do psicólogo pode colaborar para o atendimento ofertado pelas políticas públicas de abrigamento, mostrando as condições e dificuldades que o profissional vivencia quando inserido num espaço institucional já instituído. Possibilita

¹⁰ Pesquisa realizada pela estagiária de psicologia Carolina Franzoi Neves, como trabalho final de conclusão de estágio profissional na SMADS, sob minha supervisão.

¹¹ Reunião técnica realizada no dia 20/03/08 com os psicólogos que já atuavam nos albergues.

também perceber o movimento de constituição de uma prática profissional, instituindo uma proposta de atuação.

CAPÍTULO 1 – O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Para que possamos entender o processo constitutivo da identidade do psicólogo nesses serviços, precisamos entender como esses serviços são concebidos e qual a concepção que esse profissional tem do atendimento e das pessoas que atendem.

Assim, este capítulo tem como objetivo apresentar o atendimento ofertado pelas políticas públicas de assistência social para a população em situação de rua, trazendo o histórico desse atendimento, como é concebida essa rede de atendimento atualmente, bem como quem é a população em situação de rua na cidade de São Paulo, como se dá o atendimento com foco no trabalho socioeducativo desenvolvido e como se dá o trabalho do psicólogo nesse contexto.

1.1- CARACTERIZAÇÃO DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Conforme mencionamos anteriormente, o número de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo tem aumentado. Atualmente, na cidade de São Paulo, estima-se haver 12.000 pessoas em situação de rua¹².

Esse contingente de pessoas, em sua heterogeneidade, apresenta algumas características que se destacam e que devem ser levadas em consideração na elaboração de propostas para atendimento dessa população, como por exemplo:

¹² Segundo informações da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) fornecidas no 2º semestre de 2007.

fatores determinantes para a situação de rua (aspectos econômicos e subjetivos), tempo de rua, idade e gênero, dentre outros.

Segundo Rosa (2005), os aspectos determinantes da situação de rua do indivíduo envolvem desde explicações de ordem econômica referentes à perda do emprego, despreparo profissional e falta de qualificação, como também uma rede complexa de outros processos, que envolvem as relações do indivíduo com o trabalho e com seus familiares, e como esses processos foram se fazendo e refazendo ao longo de suas trajetórias de vida, bem como os significados atribuídos a essas experiências.

Vieira, Bezerra e Rosa (2005) apontam algumas situações que diferenciam os indivíduos na sua relação com a permanência na rua: ficar na rua (circunstancialmente), estar na rua (recentemente) e ser da rua (permanentemente), destacando que o que diferencia essas situações é o grau de inserção desses indivíduos no mundo da rua.

Ficar na rua reflete um estado de precariedade de quem, além de estar sem recursos para pagar pensão, não consegue vaga em um albergue. Pode ser fruto do desemprego, especialmente na construção civil, quando, junto com o trabalho, se perde a moradia do alojamento da obra. Há também os que, recentes na cidade, não conseguem emprego e não têm para onde ir. Geralmente as pessoas que se encontram nessa situação sentem-se desvalorizadas e demonstram medo de dormir na rua. Buscam rapidamente uma saída através de plantões de serviço social e procuram empregos ou bicos que lhes permitam pagar uma pensão. Rejeitam violentamente a identificação com o morador de rua, procurando distanciar-se dele.

Estar na rua expressa a situação daqueles que, desalentados, adotam a rua como local de pernoite e já não a consideram ameaçadora. Começam a estabelecer relações com pessoas da rua e conhecer novas alternativas de sobrevivência. Procuram empregos ou fazem bicos. Podem conseguir trabalho em outras cidades ou estados, aliciados por

empreiteiros. Quando conseguem obter algum dinheiro, procuram pensões ou vagas em albergues. Começam a freqüentar lugares de distribuição de comida gratuita e instituições assistenciais. Tentam se diferenciar dos moradores de rua apresentando-se como desempregados.

Ser da rua (...) a rua torna-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva, ainda que ocasionalmente possa haver alternância com outros lugares. (Vieira, Bezerra e Rosa, 2004, p. 94)

Essa distinção que envolve o tempo de rua que a pessoa tem em seu histórico de vida é um fator importante de conhecimento, uma vez que o caráter processual de estar na rua é um diferenciador no modo de atendimento a essas pessoas. Pessoas que tiveram pouco ou nenhum momento de dormida na rua são vistos como mais acessíveis ao atendimento, bem como no desenvolvimento de um trabalho socioeducativo. Quanto maior o tempo em que as pessoas moram nas ruas, maior a dificuldade em seu atendimento.

Algumas características demográficas dessa população auxiliam no entendimento sobre a mesma. Assim, segundo dados da Fipe (2003), “(...) a população de pessoas em situação de rua é predominantemente masculina. Nos albergues e nas ruas, a grande maioria de pessoas é do sexo masculino.” Esses mesmos dados apontam que, de um total de 10.399 pessoas em situação de rua, 84,3% são do sexo masculino.

Outro dado de relevância para as políticas públicas refere-se à predominância de determinada faixa etária nessa população. Na pesquisa realizada pela Fipe, em 2003, verificou-se que a população em situação de rua que se encontra nos albergues é um pouco mais velha do que a que se encontra nas ruas, sendo que a idade modal das pessoas que se encontram nas ruas estava entre 26 e 40 anos, enquanto nos albergues ficava entre 41 e 55 anos.

tabela

idade declarada das pessoas em situação de rua, 2003

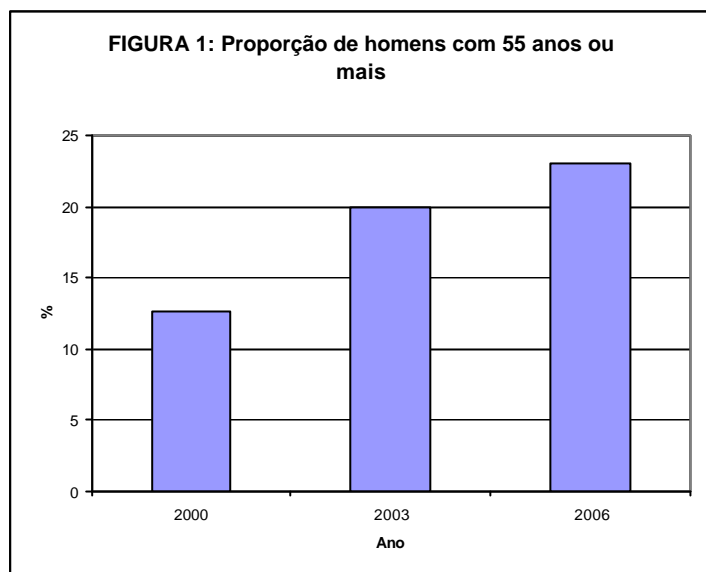
idade	nas ruas		albergados		total	
	freqüência	%	freqüência	%	freqüência	%
0 a 3	37	*	-	-	37	0,3
4 a 6	23	*	-	-	23	0,2
7 a 14	147	3,5	-	-	147	1,4
15 a 17	113	2,7	5	0,1	118	1,1
18 a 25	341	8,1	533	8,6	874	8,4
26 a 40	1191	28,3	2154	34,8	3345	32,2
41 a 55	1130	26,8	2361	38,2	3491	33,6
56 ou mais	340	8,1	1102	17,8	1442	13,9
sem informação	891	21,1	31	0,5	923	8,9
total	4213	100	6186	100	10399	100,

* quantidade insuficiente para cálculo de percentual

Fonte: SMADS/FIPE, 2003.

Em pesquisa realizada pela SMADS e pela FIPE, em 2006, de caracterização da população em situação de rua que está nos serviços albergues e núcleos de serviços com albergue, conveniados com a SMADS, verificou-se que a idade média dos albergados estava ao redor de 44,7 anos.

Comparando os resultados de pesquisas realizadas em 2000 e 2003 com essa população, percebeu-se uma tendência de envelhecimento, conforme dados abaixo:



Fonte: SMADS/FIPE 2006

Apesar dessa tendência ao envelhecimento, é possível perceber que a grande maioria das pessoas que estão nesses serviços está na faixa etária de maior produtividade.

Nessa mesma pesquisa constatou-se a baixa escolaridade das pessoas que estão sendo atendidas.

A maioria (61%) não completou o ensino fundamental, ainda que 25% tenham ingressado no ensino médio e 5% em curso superior (2% o completaram). A escolaridade é mais alta entre os mais jovens (até 30 anos). Entre estes, 33% ingressaram no segundo grau. No outro extremo há 5% de analfabetos na população. A presença destes é mais significativa nas faixas etárias mais altas (55 anos e mais) onde o percentual alcança 8%. (SMADS/FIPE, 2006)

Em relação ao trabalho, a pesquisa demonstrou que grande parte das pessoas realiza alguma atividade para obter dinheiro (69%); no entanto, destes, somente 5% têm carteira assinada. Predominam atividades informais, como

“bicos” e atividades específicas da população em situação de rua, como catador de material reciclável.

Os que não estavam trabalhando apontaram como razão o fato de não encontrarem emprego (48,8%) e/ou ter problemas de saúde (28,2%), tendo destaque, neste último caso, o grupo de pessoas com mais de 55 anos.

A questão do trabalho ou de sua falta possui uma importante relação com a ida das pessoas para a situação de rua.

Vieira, Bezerra e Rosa (2004) apontam as atividades temporárias, os “bicos”, os postos de trabalho menos valorizados do mercado como alternativas comumente desenvolvidas por essa população, em virtude de sua baixa qualificação e pequena competitividade no mercado de trabalho.

Esse processo de exclusão do mercado afeta subjetivamente essas pessoas, fazendo com que assumam como sua a visão que a sociedade produz sobre eles, como fracassados e caídos.

A forma que o morador de rua encontra de se livrar dessa imagem de si mesmo é negar a sua prática e seu grupo social, buscando, no nível da representação, identificar-se com os papéis socialmente aceitos. Assim é que muitos, às vezes há anos na rua, se apresentam como trabalhadores desempregados (...). Percebe-se a importância de se afirmarem como trabalhadores, ainda que pelo fato de o terem sido. (Vieira, Bezerra e Rosa, 2004, p. 101)

A solidão, o desconforto pela situação vivida, a ausência de perspectivas reais no futuro favorecem a utilização do álcool para aliviar essa situação, que se transforma no mediador entre o mundo das obrigações (e seu conseqüente desligamento dele) e uma nova realidade que se cria a partir de seu consumo, que

afasta a sensação de fracasso, as dores e decepções do cotidiano. (Vieira, Bezerra e Rosa, 2004)

A questão do uso do álcool como elemento característico das pessoas em situação de rua não deve ser visto como fato que atinge a totalidade das pessoas que são atendidas nos serviços para essa população.

É importante destacar que um dos fatores que contribuem para a dificuldade no desenvolvimento de um trabalho socioeducativo nesses serviços é o consumo de álcool. Ao consumirem álcool excessiva ou continuamente, essas pessoas muitas vezes apresentam comportamentos agressivos, tanto no serviço quanto no convívio com outras pessoas. Além de ser fator de exclusão de atividades de caráter socioeducativo como grupos de reflexão, atendimento social, entre outros, podem levar, inclusive, ao desligamento¹³ do próprio serviço de acolhida, dependendo do caso.

Vale destacar que ao buscarmos caracterizar essa população, ainda que com um recorte específico para a presente pesquisa, uma vez que essa temática está em constante movimento e transformação, o fizemos com o intuito de apresentar algumas questões que envolvem o atendimento socioeducativo a essa população nos serviços.

A seguir, faremos um breve relato sobre o histórico do atendimento da população em situação de rua na cidade de São Paulo, buscando explicitar como ocorreu seu desenvolvimento ao longo do tempo.

Em seguida, apresentaremos a rede de atendimento municipal voltada especificamente para o atendimento desse segmento populacional, as características

¹³ O termo “desligamento” é utilizado na rede de serviços sócioassistenciais para designar a situação em que a pessoa, que outrora fora atendida naquele serviço, não mais está sendo atendida, por ter infringido alguma regra de convivência ou por ter conseguido trabalho e/ou local para morar.

do trabalho socioeducativo desenvolvido e a caracterização dos psicólogos que já atuam nos albergues.

1.2 - HISTÓRICO DO ATENDIMENTO NA CIDADE DE SÃO PAULO¹⁴

O histórico do atendimento à população em situação de rua contribui para o entendimento das histórias profissionais dos psicólogos que atuam nos serviços para essa população. Entendemos que a instituição, sua concepção e proposta de trabalho constituem-se como um dos determinantes da atuação do psicólogo, num processo dialético em que um constitui o outro.

O atendimento às pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo iniciou-se com a atuação da Igreja Católica e, posteriormente, outras congregações religiosas passaram a atuar também nesse âmbito.

Conforme esse atendimento se desenvolveu, surgiu um movimento social das entidades que trabalhavam com essa população, visando à garantia de direitos e a melhor qualificação do atendimento realizado.

Um dos avanços ocorridos a partir dessa mobilização foi a Lei Municipal nº 12.316/97, que estabeleceu a política de atenção às pessoas em situação de rua e, posteriormente, o Decreto Municipal nº 40.232/2001, que regulamentou essa lei, dispondo sobre a obrigatoriedade do poder público municipal de prestar atendimento à população de rua na cidade de São Paulo.

Ao longo dos anos, o poder público, em conjunto com as organizações da sociedade civil e com representantes das pessoas em situação de rua, tem buscado

¹⁴ Esse item foi baseado no documento “Relatório Final da Política intersecretarial para as pessoas em situação de rua”, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, não publicado (São Paulo, 2006b).

qualificar o atendimento a essa população, por meio de diálogo e participação em Fóruns e Conselhos Municipais, visando garantir a aplicação da legislação vigente.

Ao mesmo tempo, essa temática tem sido objeto de discussão por parte de outras esferas governamentais, como Estados e União¹⁵, contribuindo para um melhor desenvolvimento das políticas de atendimento a essa população.

Apesar de o atendimento estar voltado para uma ação na lógica da cidadania e do sujeito de direitos, num universo heterogêneo de organizações não governamentais, ainda há aquelas que desenvolvem suas ações de maneira assistencialista e paternalista.

Apresentamos abaixo uma cronologia da atuação da sociedade civil e do poder público na atenção às pessoas em situação de rua:

- **1950** – A concepção preconceituosa existente refere-se a mendigos, vadios e pessoas perigosas. A ação da sociedade civil é realizada pela Igreja Católica e o Estado realizava sua ação pela Delegacia de Vadiagem e Mendicância.
- **1955** – A Fraternidade das Oblatas de São Bento cria a Organização Auxílio Fraternal – OAF, para trabalhar com a população em situação de rua.
- **1969/70** – Junto com diversas organizações de movimentos populares, as pessoas em situação de rua também começam a se organizar como um segmento da população com diversas carências, sendo a principal delas a falta de moradia.

¹⁵ No dia 30 de dezembro de 2005, foi promulgada a Lei nº 11.258, que altera a Lei 8742/93, que dispõe sobre a organização da assistência social para acrescentar o serviço de atendimento às pessoas que vivem em situação de rua, em caráter nacional.

- **1977** – Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, reconhece e apoia o trabalho com crianças, mulheres e homens em situação de rua.
- **1980** – A população de rua, a partir do trabalho dos católicos e de outras congregações religiosas, como protestantes e espíritas, ganha o reconhecimento do poder público.
- **1981** – A construção da identidade coletiva se expressa com a criação da Comunidade dos Sofredores de Rua e a Cooperativa dos Catadores de Papel – COOPAMARE, da Organização Social OAF.
- **1987** – O Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos inicia um trabalho de convivência e reinserção social para as pessoas em situação de rua em imóvel localizado na Rua Nioac – Sé.
- **1989** – Por iniciativa da Secretaria do Bem Estar Social (SEBES), cria-se o Fórum das Organizações que trabalham com a população de rua. Nesse mesmo ano, uma concessão municipal permite que a COOPAMARE – OAF utilize os baixos do viaduto Paulo VI, na rua João Moura, em Pinheiros.

Nesse mesmo ano, surge o Centro de Documentação de Comunicação dos Marginalizados e, no ano seguinte, é lançado o jornal “O Trecheiro”.
- **1990** – É elaborado o decreto nº 28.649, em que o trabalho dos catadores de papel organizados em cooperativas é reconhecido oficialmente. Esses trabalhadores agora não circulam mais na cidade como clandestinos, assumindo a identidade de pessoas em situação de rua. Nesse momento

surgem as primeiras Casas de Convivência Porto Seguro, na Sé, e Casa de Convivência São Martinho de Lima, na Mooca.

- **1991** – Foi instituído o Dia de Luta da População de Rua, definido no dia 10 de maio, quando foi elaborada uma carta aberta, em que são feitas exigências básicas para as autoridades. A Prefeitura de São Paulo anuncia a Operação Inverno e a criação de novas casas de convivência.
- **Maio de 1991** – Realiza-se a primeira contagem de pessoas em situação de rua por técnicos de SEBES, empiricamente, em que foram encontradas 3392 pessoas dormindo ao relento. A maioria realizava uma atividade para sobreviver; dois terços tinham menos de 40 anos, mais da metade era branca, 50% haviam cursado o Ensino Fundamental (1º Grau na época) e já tinham tido carteira de trabalho assinada.
- **Junho de 1992** – É realizado o I Seminário Nacional de População de Rua.
- **1992** – O Centro de Encaminhamento e Triagem - CETREM, até essa data, era o único serviço de abrigamento oferecido pelo governo do Estado num presídio desativado da cidade. As pessoas tinham o direito de permanecer apenas por 03 dias. A Associação dos Imigrantes – AVIM, mantida pela Pastoral dos Migrantes, realizava o abrigamento a essa demanda específica. Surgiram, então, novos albergues gerenciados por Organizações Sociais. São eles: a Comunidade Metodista e o Albergue Lygia Jardim, somando 100 vagas¹⁶. Além disso, a Casa de Convivência do Brás também inicia suas atividades, todos localizados na região central da cidade.

¹⁶ Atualmente esses dois albergues continuam suas atividades, em outros espaços.

- **1993** – O Fórum deixou de ser uma parceria entre poder público e sociedade civil e tornou-se apenas das Organizações Sociais. Nesse mesmo ano, a Fraternidade do Povo da Rua realizou projetos em atenção aos portadores de HIV e o Projeto da Rua para a Terra¹⁷.
- **1994** – No quarto ano do Dia de Luta foi apresentado à Câmara Municipal o Projeto de Lei de Atenção à população de rua nº 207, resultado de várias tribunas populares e audiência com o Fórum de população de rua e a própria população de rua.
- **1995** – Projeto de Atenção à população de rua é aprovado na Câmara e, em 1997, é transformado em lei. O CETREM é desativado, sendo conveniado com Organização Social para atendimento de albergue.
- **1996** – Pesquisa realizada pelos técnicos da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social localiza 5.334 pessoas nas ruas de São Paulo. Nessa época, existem na cidade 7 albergues. A Subcomissão de Defesa dos Direitos Civis da Criança e do Adolescente da OAB/SP, a Pastoral do Menor, o Vicariato do Povo de Rua e representantes do Ministério Público reuniram-se e exigiram a preservação dos abrigos existentes para os adultos e instalação de novos, em caráter de urgência, para a população infanto-juvenil, além de serviços especializados para esse segmento. A prefeitura destina então um abrigo somente para esse segmento. O Departamento de Amparo e Integração Social é desativado em 1996 e conveniado com a Organização Social ASSINDES.

¹⁷ Trabalho em conjunto com o MST – Movimento dos Sem-Terra.

- **1997** – Em 27 de maio, em comemoração ao dia de luta do povo da rua, é sancionada a Lei nº 12.316, marco na luta pelos direitos da população em situação de rua.
- **1998** – Em maio são contadas 2260 vagas em albergues e abrigos (700 estaduais e 1560 municipais). Foram encontradas 6.453 pessoas em situação de rua, sendo que, destas, 85% realizavam alguma atividade remunerada, como: catadores de papelão, carregador de caminhões, guardador e lavador de carros.
- **2001** – A Lei Municipal nº 12.316/97 foi regulamentada pelo decreto nº 40.232/2001, sendo a primeira lei brasileira a confirmar os direitos às pessoas em situação de rua. Ampliação para 14 albergues na rede de atendimento da cidade.
- **2003** – O Decreto nº 43.277/2003 institui o Conselho de Monitoramento das Políticas de Direitos das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. Realização do Censo SMADS/FIPE sobre população em situação de rua.
- **2004** - Assinatura do 1º Protocolo de Intenções Intersecretarial entre SMADS e Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Secretaria Municipal da Habitação (SEHAB) e Secretaria Municipal do Trabalho (SMTRAB)¹⁸.
- **2005** - Ampliação da equipe de Agentes de Proteção Social (Presença Social nas Ruas). Ampliação das equipes de agentes comunitários de

¹⁸ Esse protocolo previu a implantação do Projeto “A gente na Rua” (SMS), em que pessoas em situação de rua são capacitadas e contratadas como agentes comunitários de saúde, para atuarem nas ruas e em serviços de atendimento a pessoas em situação de rua, como parte do Programa Saúde da Família da SMS. Os Programas Bolsa-Aluguel e Locação Social (SEHAB) destinam parte de suas cotas para atender pessoas em situação de rua. O Programa Operação Trabalho (SMTRAB) cadastra pessoas em situação de rua para trabalharem em diversas frentes de trabalho no município.

saúde para população em situação de rua. Ampliação das frentes de trabalho para 1300 vagas.

- **2006** – Ampliação de albergues, com capacidade para até 100 pessoas/noite, totalizando 30 albergues na cidade.
- **2008** – Total de 32 albergues na cidade.

1.3 - REDE DE ATENDIMENTO SOCIOASSISTENCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

Historicamente o atendimento público a essa população sempre foi realizado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)¹⁹.

Na legislação vigente estabelece-se que cabe à SMADS a coordenação e a articulação das ações das outras secretarias municipais no atendimento a essa população.

É por esse motivo que, apesar das outras Secretarias Municipais, como Saúde, Habitação e Trabalho terem serviços específicos para atendimento ou estabelecerem cotas de atendimento específico para essa população em seus programas, o presente estudo focará seu olhar mais especificamente sobre os serviços de natureza educacional ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

Atualmente, a SMADS desenvolve, por meio de convênios com organizações não-governamentais, vários tipos de serviços voltados especificamente para o atendimento dessa população, buscando atendê-la em sua heterogeneidade.

¹⁹ Antiga Secretaria do Bem-Estar Social, Secretaria da Assistência Social.

Sobre isso vale ressaltar que, segundo Giorgetti (2006), apesar de não haver estudos comprobatórios, há indícios de que essa população se subdivide em segmentos com características diferentes. Faria e Machado (2004, p. 34) concordam com essa afirmação, mencionando que, antigamente

(...) habitavam as ruas e logradouros públicos, (...), os tidos como loucos, andarilhos, os expulsos do campo, os seduzidos pela cidade, entre outros. Nas últimas décadas, contudo, a esses contingentes populacionais tem se somado um número mais expressivo de indivíduos que vivem da indústria da reciclagem ou que não conseguem se adequar à ordem social, familiar e econômica, destacando-se alcoolistas, drogadictos e trabalhadores urbanos desempregados. (...) Percebe-se, contudo, maior heterogeneidade desses grupos na atualidade. (p. 34)

Considerando a complexidade e a heterogeneidade desse grupo, o presente estudo não pretende analisá-lo ou mesmo dissertar sobre as principais características dessa população, nas suas diferenças, visto que seu foco incide sobre a atuação do psicólogo.

A seguir, serão elencados os vários tipos de serviço oferecidos para esse atendimento²⁰:

- 1) Presença Social Nas Ruas:** serviço em que equipes técnicas e agentes de proteção social (educadores) fazem abordagem a pessoas que se encontram na rua para levá-las a um dos serviços sociais da cidade ou encaminhá-las para atendimento, conforme a necessidade (Saúde, Centro de Referência da Assistência Social, Poupatempo etc.). A proposta é que, através da criação

²⁰ Esse item foi baseado no documento “Relatório Final da Política intersecretarial para as pessoas em situação de rua”, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, não publicado (São Paulo, 2006b).

de um vínculo com a pessoa que está na rua, esta seja incentivada a buscar alternativas para sua situação.

2) Acolhimento: Albergamento que possibilita às pessoas em situação de rua ter um local para pernoitar, guardar seus pertences, lavar suas roupas, alimentar-se, cuidar de sua higiene pessoal, passar por atendimento social e participar de atividades socioeducativas, buscando incentivar sua autonomia. Esse atendimento é oferecido pelos seguintes tipos de serviço:

- **Albergues para adultos em situação de rua por 16 horas (noturnos):** que oferecem banho, jantar, pernoite, café-da-manhã e atendimento social.
- **Albergues para adultos em situação de rua por 24 horas (24 horas):** com atividades socioeducativas durante o dia para aproximadamente metade das pessoas atendidas no período noturno, em especial mulheres com crianças, idosos e pessoas com deficiências.
- **Abrigos Especiais:** voltados para segmentos específicos (idosos, mulheres com ou sem filhos, catadores) e para pessoas que necessitam de cuidados especiais de saúde após alta hospitalar da rede pública.
- **Casas de Convivência (ou Núcleos de Serviços e Convivência):** espaços voltados para a convivência das pessoas, por meio de oficinas e atividades socioeducativas, que funcionam somente durante o dia.
- **República Social:** Abrigamento em pequenos grupos ou unidades familiares, para pessoas com alguma fonte de renda, visando à participação na gestão coletiva e contrapartida financeira do usuário para a manutenção da moradia. Eles pagam uma taxa de manutenção e a alimentação é por conta do usuário. É o momento em que o albergado deixa de ser tutelado e

passa a ter um acompanhamento social que vise sua independência dos serviços públicos oferecidos. Trata-se da “porta de saída” dos serviços da Assistência Social²¹ para pessoas com certo nível de autonomia.

- **Hotel Social:** Abrigamento em hotéis para pessoas com alguma fonte de renda e autonomia. Também considerado como “porta de saída”.
- **Bagageiro:** espaço para a guarda provisória de pertences.
- **Restaurantes:** fornecem refeições gratuitas (café da manhã, almoço e janta).

2) Núcleo de Inserção Produtiva: As ações voltadas para a inclusão produtiva dessa população têm o enfoque de capacitação profissional para acesso ao mercado de trabalho, geração de renda e incentivo à formação de associações e cooperativas. Oferecem cursos de capacitação para qualificar e reinserir essas pessoas no mercado de trabalho, desenvolvendo suas habilidades (auxiliar de cabeleireiro, pedreiro, elétrica etc.).

Tendo em vista a variedade de serviços específicos de atendimento a pessoas em situação de rua, escolhemos, para a presente pesquisa, o profissional que atua ou atuou no serviço albergue para adultos em situação de rua. Isso porque o albergue é a modalidade de serviço que teve o maior investimento público nas últimas gestões municipais e com a maior demanda de atendimento da rede, inclusive sendo o serviço escolhido para a inclusão do profissional psicólogo por meio de normatização municipal.

²¹ O termo “porta de saída” é muito utilizado na área da Assistência Social e refere-se ao serviço, programa ou projeto que possibilita a independência e autonomia do usuário em relação a esses serviços públicos, que possuem um caráter transitório.

1.4 - CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO DESENVOLVIDO

Conforme mencionamos anteriormente, o atendimento realizado para a população em situação de rua na cidade de São Paulo se dá, na sua totalidade, por meio de organizações não-governamentais sem fins lucrativos. Nem todas as organizações atuantes possuem parceria com o poder público; no entanto, grande parte dessas organizações presta esse atendimento por meio de convênios com a SMADS.

A presente pesquisa tem como foco o atendimento realizado no serviço denominado albergue; sendo assim, alguns elementos que constituem esse serviço devem ser mencionados, inclusive o histórico do desenvolvimento dessa modalidade de serviço, bem como as transformações que vem passando ao longo dos tempos e o entendimento sobre o trabalho socioeducativo ali ofertado.

Rosa (2005) fala sobre a tendência de institucionalização do trabalho num padrão convencional de atendimento, os conhecidos albergues.

Essa modalidade de atendimento prevê o abrigo das pessoas em situação de rua, que podem dormir, tomar banho, se alimentar, entre outras ofertas.

Para o que antes era um atendimento em grandes galpões e espaços públicos, como debaixo de viadutos, com colchões no chão, sopão e água fria, de caráter emergencial, hoje há normatizações que buscam garantir um mínimo de qualidade do atendimento.

Espaços menores, beliches, lençol, comida de qualidade e água quente são vistos como um mínimo de dignidade no atendimento a ser ofertado pelo poder público; assim, atualmente, os serviços de abrigo conveniados com o

município devem garantir essas ofertas e, além disso, devem possibilitar que as pessoas possam lavar sua roupa, bem como ter atendimento socioeducativo visando à autonomia das mesmas.

Em pesquisa recente realizada pela SMADS/FIPE (2006) sobre avaliação dos serviços albergue e núcleo de serviços com albergue, vários pontos se destacam na oferta desses serviços. De uma maneira geral, os serviços realizam o que se propõe em plano de trabalho e contrato com a prefeitura; no entanto, a falta de infra-estrutura apropriada para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo, de recursos humanos e de acompanhamento psicológico aos usuários e aos funcionários, é apontada como fator que dificulta o desenvolvimento do trabalho.

Aqui, vale destacar a demanda por um trabalho psicológico junto aos usuários, pois as assistentes sociais e educadores, pela própria formação, não possuem um olhar específico para os processos subjetivos que influenciam o comportamento dos sujeitos, os quais, em determinados casos, apresentam atitudes e comportamentos que dificultam o convívio social.

Há também demanda do trabalho do psicólogo em relação aos funcionários, porque estes, ao lidarem no dia-a-dia e a todo o momento com situações de conflito e desgaste, muitas vezes precisam de um suporte psicológico para poder desenvolver melhor o seu trabalho.

Na pesquisa realizada, os funcionários desses serviços apontam como um dos fatores que dificultam o trabalho socioeducativo, o comportamento e as características da população atendida, que *“são agressivos, provocam conflitos, não têm interesse nem vontade de participar das atividades, têm problemas de saúde e de alcoolismo e drogas”* (SMADS/FIPE, 2006, p. 124).

Outro dado interessante que nos permite analisar o contexto de trabalho socioeducativo desenvolvido tem a ver com as atividades e ofertas de trabalho socioeducativo apresentados na citada pesquisa.

Atividades como assistir TV e jogar dominó apresentam-se como as opções mais citadas pelos usuários dos serviços em atividades socioeducativas. No entanto, apesar de ser um espaço de convivência coletiva, não podemos caracterizar essas atividades como atividades socioeducativas, principalmente pelo fato de, na maioria dos serviços, não haver um objetivo pedagógico definido a ser alcançado com essas atividades, sendo mais bem caracterizadas como momentos de lazer.

Palestras sobre temáticas diversas também são apresentadas como atividades socioeducativas. Aqui vale destacar o conceito de palestra que se tem atualmente. O modelo de palestra pressupõe um profissional que detém um conhecimento específico sobre um tema e que, de maneira expositiva, ainda que utilize vários recursos audiovisuais, apresenta para o público espectador esse conhecimento. O público, por sua vez, poderá tirar dúvidas e aprofundar alguma questão sobre o tema da palestra. De uma maneira geral, esse tipo de atividade pressupõe uma falta de conhecimento e uma necessidade de aquisição do mesmo, caracterizando-se por um modelo de aquisição de saber passivo em contrapartida a um modelo ativo que pressupõe que o indivíduo possua conhecimento e por meio dele pode ser incentivado a buscar novos conhecimentos.

Alguns estudos apontam para a necessidade de uma clareza maior sobre metodologia de trabalho socioeducativo, inclusive sendo manifestação dos grupos que atuam junto à população de rua como reivindicação²².

²² Em 2003, foi realizado o I Congresso dos Agentes Sociais que trabalham com população em situação de rua; uma das reivindicações era o estabelecimento de uma metodologia de trabalho com essa população.

Uma metodologia que atue com a população, considerando-a como participante ativa desse processo, trazendo seu histórico e suas experiências vividas como instrumentos para novas construções se faz necessário, na medida em que a busca por autonomia pressupõe o desenvolvimento de atividades que possibilitem o exercício dessa autonomia e não de situações alienantes, que deixem as pessoas mais dependentes.

Costa (2007), ao fazer um estudo etnográfico de um albergue, afirma que a maneira como esses serviços se organizam para que seja possível seu funcionamento e atendimento produzem a impressão de incapacidade, infantilidade e imaturidade de gerir a própria vida pelas pessoas atendidas, uma vez que a todo momento são submetidas a filas, horários e ritmos impostos pela instituição, a convivência com pessoas “estranhas”, a permanente exposição corporal e a necessidade de relatar, registrar e justificar tudo aos profissionais do serviço. Estudos demonstram que essa modalidade de serviço não possibilita o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos que nela são atendidos.

(...) o albergue é um serviço de assistência e proteção social e que ele, tal como está pensado, não é um serviço que garante a emancipação, a almejada autonomia das pessoas (...) (SMADS/FIPE, 2006, p. 120)

Apesar desse conhecimento, o fato é que o número de albergues tem aumentado gradativamente, tendo sua expansão tornado-se a principal estratégia de atuação das políticas públicas vigentes.

Costa (2007) afirma que, em 1992, existiam apenas três albergues na cidade, sendo que cada um apresentava especificidades e funcionamento distintos. Já em 2001 esse número aumentou para quatorze albergues.

Atualmente, existem na cidade 32 albergues, tendo, inclusive, serviços específicos para mulheres com crianças, famílias, catadores e idosos.

O que é mais notável, no entanto, é que desde o início da construção de uma política para população de rua (...), a proposta de um atendimento pautado por grandes instituições capazes de fornecer alojamento e pernoite, já era colocada como um modelo improdutivo. (Costa, 2007, p. 189)

Apesar de ser considerado um modelo improdutivo de atendimento, fato é que o número de pessoas em situação de rua tem aumentado e, com isso, a necessidade do poder público atender essa população se reflete nessa realidade, sendo necessário aumentar a quantidade de vagas para abrigamento.

O que se tem buscado, para tentar melhorar o atendimento nesses serviços, é melhorar a infra-estrutura dos imóveis, bem como aumentar o quadro de recursos humanos. Dessa forma, no final de 2007, nova normatização da SMADS foi publicada, aumentando o quadro de recursos humanos para os serviços e, no caso específico dos albergues para adultos que funcionam vinte e quatro horas, acrescentou-se inclusive o profissional psicólogo no quadro de funcionários²³.

Dada essa realidade do trabalho socioeducativo desenvolvido nos serviços, não há que se acrescentar novos profissionais sem que se tenha um direcionamento para sua atuação, pois corre-se o risco de serem mais profissionais para atuarem num modelo de funcionamento já considerado improdutivo.

Dessa forma, o presente estudo pode contribuir para uma melhor compreensão e discussão acerca das possibilidades de melhoria na qualidade do atendimento socioeducativo prestado. Para isso, escolhemos o profissional psicólogo que já atua em um serviço de albergue, tendo seu trabalho reconhecido e

²³ Alguns albergues já possuíam em seu quadro de recursos humanos o profissional psicólogo.

considerado bom pelos técnicos da SMADS, buscando compreender a constituição da identidade do psicólogo que desenvolve um trabalho socioeducativo nos albergues.

A seguir, traremos alguns elementos para entendermos o papel do psicólogo nesses serviços.

1.5 - CARACTERIZAÇÃO DO (A) PSICÓLOGO (A) QUE ATUA NO SERVIÇO

Breve história da Psicologia no Brasil

Nesta parte da pesquisa, iremos trazer um breve relato da história da Psicologia no Brasil, como ciência e como profissão. Entendemos que o processo histórico de constituição da identidade profissional do psicólogo, como categoria profissional, influencia e está ligado à maneira como o profissional psicólogo se insere dentro de uma política pública de atendimento e, principalmente, como se dá sua inserção numa instituição com profissionais de outros campos de atuação.

A história da Psicologia no Brasil é bem anterior ao seu processo de regulamentação como profissão. Ela teve início a partir de estudos que demonstravam a preocupação com os fenômenos psicológicos desde os tempos da colônia, estudos estes de diferentes áreas do saber, como Teologia, Pedagogia, Moral, Medicina, entre outros (Antunes, 2007).

Antunes (2007) pontua que do período colonial até o Século XIX a Psicologia não era formalmente reconhecida como ciência; pode-se dizer que

ocorriam preocupações com os fenômenos psicológicos, produzidos no interior de diferentes áreas do saber, em especial a Educação e a Medicina.

A partir do final do Século XIX inicia-se o processo de autonomização da Psicologia no Brasil, ou seja, tem início o processo de reconhecimento da Psicologia como área autônoma de conhecimento.

Já no Século XX, de 1930 a 1962, tem-se o período de consolidação da Psicologia, o que resulta, em 1962, na regulamentação da Psicologia como profissão e o estabelecimento de cursos específicos para a formação de seu profissional.

Logo após a regulamentação da profissão, em 1962, tem-se o período marcado pela ditadura militar, refletindo na formação e exercício profissional do psicólogo, uma vez que a temática social ficou alijada dos currículos, pelo menos explicitamente. Dessa forma, o período pós-profissionalização, até meados dos anos 1980, foi marcado pela despolitização, alienação e elitismo da profissão, inclusive contribuindo para o entendimento de que o psicólogo só faz psicoterapia. (CFP, 2007)

Na década de 1980, trabalhos de pesquisa passaram a questionar o papel do psicólogo, sua identidade profissional e o lugar da Psicologia numa sociedade de classes. Nesse mesmo período, a luta pela redemocratização do Estado brasileiro se intensifica.

Já no final dos anos 1980, iniciou-se um novo processo de mudança na atuação profissional, adotando-se como lema o compromisso social da profissão. Psicólogos e entidades da Psicologia mobilizaram-se e fomentaram a construção de práticas comprometidas com a sociedade brasileira, com a transformação social,

visando à emancipação e o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social. (CFP, 2007).

A partir desse histórico de constituição da profissão do psicólogo no Brasil, percebe-se atualmente que a inserção do psicólogo e da Psicologia nas políticas públicas aumentou, tendo como resultado, inclusive, sua inserção na Política de Assistência Social, por meio da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos e, mais especificamente, nos albergues para adultos em situação de rua.

Nesse sentido, concordamos com Bock quando diz que “*quero uma psicologia que se metamorfoseie o tempo todo, que acompanhe as mudanças da realidade social do nosso país.*” (1999, p. 328)

A inserção do psicólogo nos albergues reflete o entendimento de que a psicologia está acompanhando as necessidades sociais, demonstrando que a mesma é vista como necessária para atuar em conjunto com outras profissões no combate às situações de exclusão e vulnerabilidade social.

Atuação do Psicólogo nos albergues

Conforme mencionamos anteriormente, no início, o atendimento para a população em situação de rua era realizado de maneira precária e em caráter emergencial.

No entanto, a política de atendimento foi se ampliando e qualificando e, com isso, novas demandas foram surgindo, inclusive com a necessidade de criação de espaços diferenciados, para atendimento de parte dessa população, que tem como característica a heterogeneidade.

Assim, buscando qualificar esse atendimento, alguns serviços foram implantados, já com um profissional psicólogo em seus quadros, como é o caso do Albergue Especial para mulheres com filhos.

Em 2006, a SMADS realizou um levantamento sobre a atuação dos psicólogos nos serviços, constatando que havia seis serviços que atendiam população em situação de rua que tinham em seu quadro o profissional psicólogo.

Nesse levantamento, constatou-se também que cada psicólogo desempenhava seu trabalho de acordo com sua especialização, foco de atuação ou demanda do serviço no qual atuavam, não havendo clareza nem direcionamento metodológico para sua atuação.

Alguns psicólogos desenvolviam seu trabalho mais voltado para o trabalho em grupo, com atividades que possibilitassem uma melhoria no convívio social. O atendimento individual, nesses casos, acontecia mediante solicitação do próprio usuário ou dos funcionários.

Outros desenvolviam um trabalho mais voltado para o atendimento individual, realizando encaminhamento e acompanhamento de pessoas com transtornos mentais para tratamento de saúde.

Orientação aos funcionários também foi citada como atividade comumente realizada pelos psicólogos.

De uma maneira geral, todos os profissionais que participaram do levantamento realizado indicaram a necessidade de psicólogos em todos os serviços para a população em situação de rua. A demanda se dava, principalmente, para auxiliar no atendimento a pessoas com transtornos mentais e com problemas de uso continuado de álcool e drogas.

Conforme reunião técnica, realizada pela SMADS com todos os psicólogos que atuavam na rede naquele momento²⁴, verificaram-se novos dados, que permitem melhor compreender quem é esse profissional psicólogo que está atuando nos serviços albergues para pessoas em situação de rua.

De um total de 11 psicólogos atuando na rede, somente 3 estavam formados há mais de 10 anos, sendo que 5 estavam formados entre 4 a 8 anos, 1 estava formado há menos de 2 anos e 2 não responderam.

Em relação ao tempo que atuavam no serviço albergue, um dado interessante foi que somente uma psicóloga trabalhava há mais de um ano no serviço, totalizando 5 anos de atuação.

O restante trabalhava com um tempo variando entre 2 a 10 meses. Percebe-se, com isso, que a atuação do psicólogo nesse tipo de serviço é recente e que há grande rotatividade desse profissional.

Nesse mesmo levantamento foi indagado às psicólogas se elas exerciam atividades que consideravam não condizer com sua formação profissional e todas afirmaram ter atribuições que não eram de sua competência. Mencionaram que às vezes o trabalho do psicólogo sobrepõe-se ao do assistente social, havendo a necessidade de uma maior clareza sobre as atribuições de cada um dentro de um atendimento multiprofissional.

Outro dado de relevância é que nos albergues, independentemente da quantidade de pessoas atendidas, há somente um profissional psicólogo para atender a todos, ou seja, se o serviço atende 100 pessoas e outro atende 300 pessoas haverá apenas um profissional psicólogo por serviço.

²⁴ Reunião técnica realizada no dia 20/03/08 com os psicólogos que já atuavam nos albergues.

Essa lógica quantitativa não é a mesma para os orientadores socioeducativos e assistentes sociais, uma vez que a normatização vigente prevê que para cada 50 pessoas atendidas tem-se um orientador socioeducativo enquanto que para cada 75 pessoas atendidas tem-se uma assistente social.

Percebe-se, com isso, que apesar do avanço com a inserção do psicólogo nesse serviço, muito ainda há que se discutir e estudar sobre a atuação desse profissional no serviço.

CAPÍTULO 2 – IDENTIDADE

A presente pesquisa utiliza o referencial teórico de Ciampa (2005), que concebe a identidade como metamorfose.

Para ele, a constituição da identidade ocorre ao longo da vida do sujeito, partindo de seu nascimento, da escolha do nome que é dado ao recém-nascido e do seu sobrenome.

Nesse primeiro momento, com a escolha do nome, se estabelece o processo de constituição da identidade, um processo dialético entre o singular do sujeito e o social do qual é parte. O nome indica seu singular, o sobrenome indica suas primeiras relações sociais, sua posição social ao nascer.

Segundo Ciampa (2005), o movimento dialético entre a igualdade e a diferença é uma das características essenciais da identidade, uma vez que esta se constitui por meio dessa articulação.

Desde o início da vida, tem-se esse movimento, pois o nome que é dado representa o seu singular, o seu aspecto diferenciador de outros bebês e a junção do sobrenome que lhe é dado demonstra que o mesmo faz parte de um dado grupo social, sua família, igualando-se aos demais membros da família pelo sobrenome.

Iniciado esse processo de constituição da identidade, ao longo de sua história de vida, o sujeito irá vivenciar esse movimento ao apresentar características próprias e, ao mesmo tempo, se igualar aos grupos sociais dos quais é parte (família, amigos, escola, trabalho, cidade etc.).

Por meio dessa relação com os grupos sociais é que se dá a representação do sujeito nos diversos papéis sociais que assume ou que lhe são atribuídos, como

filho, amigo, namorado etc. É a partir dessa representação que se dará a vivência de diversos personagens, ligados aos diversos papéis sociais que lhe são atribuídos.

A identidade passa a se compor da articulação de várias personagens que podem, em diferentes momentos, permanecer, desaparecer, reascender, progredir ou regredir. (Baptista, 1997, p. 18)

A vivência desses personagens caracteriza um movimento complexo em que há uma relação entre o sujeito e o meio social historicamente construído, configurando uma identidade pessoal que é determinada e “*partilhada nas relações com os outros*” (Fortes, 2006, p. 74).

Alguns personagens permanecerão durante o percurso por meio da reposição de uma identidade pressuposta. Essa repetição do personagem é caracterizada como “*mesmice*” e, quando esta impede a pessoa de superar as contradições vivenciadas, cria o que chamamos de “*identidade-mito*”.

A identidade-mito ocorre diante da dificuldade do sujeito de superar as contradições, de buscar a sua autodeterminação e atingir o ser-para-si.

Aqui vale destacar que é próprio do ser humano a transformação. Manter-se inalterado é impossível. No entanto, é possível manter a inalteração por algum tempo, com muito esforço, para conservar uma condição prévia, para manter a *mesmice*.

Alguns, à custa de muito trabalho (...) protelam certas transformações, evitam a evidência de determinadas mudanças, tentam de alguma forma continuar sendo o que chegaram a ser num momento de sua vida, sem perceber, talvez, que estão se transformando numa...réplica, numa cópia daquilo que já não estão sendo, do que foram. (Ciampa, 2005, p. 165).

Algumas pessoas encontram dificuldades para se transformar, para superar as contradições vivenciadas, pois são levadas a essa situação, involuntariamente, por fatores externos que impedem e/ou dificultam a superação, como condições socioeconômicas, condições de trabalho etc.

Em um ambiente institucional de trabalho, com hierarquias já postas, condições de trabalho já estabelecidas, normatizações e expectativas externas a serem superadas, o profissional psicólogo pode, muitas vezes, vivenciar uma situação que impeça sua transformação, que dificulte seu processo de metamorfose e, com isso, se mantém na mesmice.

Ora é posto que a instituição de atendimento para a pessoa em situação de rua deve buscar auxiliar o usuário em seu processo de transformação, de metamorfose. Como fica, quando o profissional que deve auxiliá-lo nesse processo está ele mesmo preso numa identidade-mito, sem conseguir sair da mesmice?

No entanto, a mesma situação que dificulta a transformação pode desencadear outro movimento no psicólogo, o da transformação, da superação da mesmice. A contradição vivenciada, as condições objetivas que dificultam o desenvolvimento do trabalho podem servir de estímulo para que o profissional psicólogo busque uma mudança que, conforme Ciampa (2005, p. 140), seja “*uma transformação efetiva, um salto qualitativo*”, uma metamorfose.

Outro ponto de reflexão refere-se ao papel da história no progressivo e contínuo processo de hominização do Homem, tendo em vista que os padrões de identidade são ofertados pela estrutura social e, conseqüentemente, as identidades são produzidas e conservadas pelo movimento social, por “*identidades pressupostas, que um dia foram postas*” (Ciampa, 2005, p. 171).

Sendo assim, o momento histórico também é determinante do processo de transformação do sujeito, bem como reforça uma identidade-mito, de não-transformação, a partir de uma dada condição histórica.

Assim como o histórico do desenvolvimento da identidade do psicólogo no Brasil é um dos determinantes da constituição de sua identidade profissional, o histórico do atendimento às pessoas em situação de rua também o é, pois o psicólogo chega numa dada instituição já estabelecida, com uma demanda de trabalho já posta e que a ela o psicólogo tem que se adaptar.

Demonstra-se, com isso, a interdependência que existe entre a constituição da identidade do homem e a das organizações em que atua (Baptista, 1997, p. 19).

Diz Ciampa:

Na origem, uma organização, como qualquer instituição, é sempre uma solução para um problema humano. À medida que se consolida, que se institucionaliza, deve garantir sua própria autoconservação. (...) As organizações e instituições também precisam sofrer suas metamorfoses, evidentemente, para preservar sua racionalidade. (2005, p. 231)

Habermas (*apud* Baptista, 1997, p. 19) contribui para essas reflexões sobre a constituição da identidade ao afirmar a existência da identidade do “eu” (singular) e a identidade coletiva (particular e universal). Para ele, tanto as identificações do sujeito com os “outros” que compõem seu universo relacional, bem como a maneira como esses “outros” reconhecem o sujeito possibilitam o desenvolvimento da identidade. Para ele, os grupos de referência a que o sujeito pertence “*dispõem de uma identidade coletiva, que é o elemento que permite (...) sentir-se pertencendo ao grupo*” (p. 20).

Habermas afirma ainda que é a partir da identidade coletiva que se estabelece a identidade do “eu”, pois é ela que dá o sentido de “continuidade” e “re-conhecibilidade” para os indivíduos, destacando a importância das instituições que possibilitam a participação ativa do sujeito na sociedade, sendo o papel profissional um dos elementos que representam a relação do sujeito com a sociedade em que vive.

Com isso, a importância de se estudar a constituição da identidade do psicólogo, a partir da constituição da identidade profissional da categoria, bem como do serviço em que ele atua, faz-se necessário para tentar acompanhar essa relação dialética, que se estabelece entre o singular e individual do psicólogo e o social e coletivo de seu ambiente de trabalho.

CAPÍTULO 3 – A PESQUISA

A presente pesquisa busca contribuir para os estudos sobre identidade de psicólogos que trabalham no âmbito da educação não-formal, a partir dos serviços de atendimento à população em situação de rua que possuem um caráter socioeducativo. Pretende fornecer subsídios para o entendimento dos fatores determinantes que constituem a identidade do psicólogo, contribuindo para sua atuação profissional nesses serviços.

PROBLEMA DE PESQUISA

Estudo do movimento de constituição da identidade profissional do psicólogo que atua em instituição socioeducativa que atende população em situação de rua.

OBJETIVOS DA PESQUISA

O presente estudo tem como objetivo identificar os fatores determinantes e constitutivos da identidade do psicólogo que atua em instituição socioeducativa para pessoas em situação de rua, partindo do pressuposto que a identidade é historicamente constituída nas relações sociais, nesse caso, especificamente com foco nas relações institucionais estabelecidas no albergue para adultos em situação de rua, envolvendo sua formação, os demais profissionais e, sobretudo, os sujeitos usuários da instituição.

Busca compreender o processo de constituição da identidade do psicólogo e verificar se e como o ambiente profissional ao qual pertence possibilita a transformação da identidade-mito em identidade-metamorfose.

SUJEITO

Inicialmente, pensou-se em realizar três entrevistas com psicólogos que atuaram ou atuam em instituição socioeducativa da cidade de São Paulo e tivessem seu trabalho reconhecido pelos pares.

No entanto, ao realizar a primeira entrevista, verificamos uma clareza e riqueza em seu conteúdo que, somente com ela, já seria possível atingir o objetivo pretendido com a pesquisa.

Sendo assim, optamos por realizar um estudo de caso, com um sujeito, para, com isso, buscar garantir uma análise aprofundada dos dados coletados.

A escolha do sujeito pautou-se pelo objetivo da pesquisa e pela relação da experiência pessoal e profissional do sujeito com o assunto pesquisado. Buscamos um sujeito com vivência na experiência em foco e que pudesse fornecer um depoimento significativo sobre a questão.

Dessa forma, a escolha do sujeito para a presente pesquisa buscou o profissional psicólogo que tivesse vivenciado uma experiência de trabalho em um albergue, por um período longo e que fosse possível, com isso, verificar o movimento de constituição de sua identidade profissional.

Como os estudos realizados demonstraram que somente uma pessoa trabalhava ou trabalhou mais de um ano em um albergue, totalizando cinco anos, dentro de um universo em que o restante trabalhava há menos de dez meses no albergue, decidiu-se pelo sujeito com mais tempo de trabalho, por entendermos que

o fator tempo contribui para uma melhor compreensão do movimento de constituição da identidade.

Maria²⁵, sujeito selecionado, trabalhou por cinco anos em um albergue da cidade de São Paulo como psicóloga contratada. Tem seu trabalho reconhecido pela organização sem fins lucrativos que lhe contratou e também pela equipe técnica da prefeitura, que supervisiona o albergue, inclusive sendo citada como referência para um bom trabalho de psicologia em albergue.

Tive contato com Maria quando participamos de Reunião Técnica realizada pela SMADS com todos os psicólogos que atuavam nos albergues naquele período. Eu, naquele momento, atuava como técnica da SMADS e ela era uma das psicólogas que participavam da reunião.

Nessa reunião, tive conhecimento que Maria era a única psicóloga que atuava nos albergues, nessa função, por mais de 1 (um) ano. Esse fato demonstrou relevância para a pesquisa, uma vez que era possível verificar, em sua fala, que já havia vivenciado inúmeras situações e processos para construção de sua prática profissional junto a uma equipe multiprofissional e que, tendo passado por essas situações, teria mais clareza sobre seu papel dentro do albergue.

Nesse mesmo dia, constatei um fato curioso. Apesar de seu trabalho ser referência para a atuação dentro de um albergue, Maria não “escapou” das mazelas que a maioria das vezes acontece ao se buscar implantar uma política pública em massa.

Pela nova normatização da prefeitura, ao se fazer um ajuste nos serviços, para que entrasse o profissional psicólogo nos albergues, o serviço no qual Maria trabalhava, por não funcionar 24 horas, não seria contemplado com psicólogo, ou

²⁵ Nome fictício.

seja, antes da normatização, o albergue possuía em seu quadro de recursos humanos o profissional psicólogo, mas com a nova normatização, esse profissional sairia do quadro, uma vez que se previa a entrada de psicólogos somente nos albergues que funcionam 24 horas. Por conta dessa situação, os profissionais técnicos da prefeitura estavam estudando a maneira de resolver essa questão.

De qualquer maneira, esse processo de mudança no quadro de recursos humanos do albergue desencadeou um novo movimento em Maria, culminando com sua saída do albergue para trabalhar em outro lugar.

Assim, ao entrar em contato com ela para verificar sua disponibilidade de participar da pesquisa, fui informada que ela havia recentemente trocado de emprego; não estava mais atuando em albergue.

No entanto, pelo tempo trabalhado e pelo vínculo que ela demonstrou com o trabalho que desenvolveu, ainda que no passado, permaneceu a escolha dela como sujeito da pesquisa.

MÉTODO

O embasamento teórico-metodológico escolhido para a realização desta pesquisa foi o da abordagem sócio-histórica, uma vez que esta permite “*compreender o conjunto das relações sociais tais como se apresentam num momento histórico*” (Ozella e Sanchez, 2007, p. 153) e, ao mesmo tempo, permite a investigação da subjetividade do sujeito na medida em que possibilita a apreensão dos sentidos “*que o sujeito atribui ao mundo, a si e ao seu lugar no mundo e como tudo isso o vem constituindo ao longo do tempo*” (Fortes, 2006, p.91).

Para Vigotski, o método de investigação é concebido a partir da concepção de realidade e da relação homem-mundo (Aguiar, 2007). Assim, o pressuposto teórico-metodológico escolhido para a presente pesquisa parte da concepção de um homem constituído por meio de uma relação social e histórica, em que ao mesmo tempo é um homem único e singular, mas também um ser histórico e social.

Esse homem, constituído na e pela atividade, ao produzir sua forma humana de existência revela – em todas as suas expressões – a historicidade social, a ideologia, as relações sociais, o modo de produção. Ao mesmo tempo, esse mesmo homem expressa a sua singularidade, o novo que é capaz de produzir, os significados sociais e os sentidos subjetivos. (Aguiar, 2006, p.12)

O método, para que seja possível essa apreensão, segundo Vigotski, deve se pautar na análise do processo e não do objeto, uma vez que a abordagem dialética pressupõe um objeto que não é fixo, imutável nem eterno, um objeto que se modifica ao longo do seu desenvolvimento, da sua relação com o social.

A abordagem dialética pressupõe que a natureza constitui o homem e, ao mesmo tempo, o homem também constitui a natureza, modificando-a e criando “*novas condições naturais para sua existência*” (Vigotski, 2000, p. 80).

É na análise desse movimento que se fundamenta o presente método de pesquisa.

Dessa forma, ao se buscar compreender o processo constitutivo da identidade do psicólogo, busca-se apreender como o psicólogo foi se modificando em seu desenvolvimento, em sua relação com o social do qual faz parte.

Para isso, faz-se necessário que os processos internos desse sujeito sejam exteriorizados.

Assim, mediante um processo de interiorização e exteriorização é explicitado o caráter dinâmico da subjetividade no âmbito de seu pensamento (...). Atribuir esse caráter à subjetividade significa, além disso, admitir que a vida humana e mesmo cada um de seus atos se manifesta como a síntese de uma história social. (Bueno, 2002, p. 19)

Para Vigotski, as palavras/signos tornam-se o ponto de partida na busca pela apreensão do sujeito (Aguiar, 2006).

No entanto, somente a palavra não possibilita essa compreensão, pois o que nos permite a aproximação à dimensão subjetiva do sujeito é buscarmos o significado da palavra, uma vez que “*a palavra sem significado é um som vazio*” (Vigotski, 2001, p. 398).

A linguagem carrega em si as significações que foram construídas social e historicamente; ela é um instrumento que permite sua materialização e ao mesmo tempo apresenta os conteúdos subjetivos do sujeito. Buscar compreender a fala do sujeito nos leva além da simples compreensão de suas palavras, permitindo que tenhamos acesso ao seu pensamento. Vale destacar que, para Vigotski (2001)

(...) a relação entre o pensamento e a palavra é (...) um processo, é um movimento do pensamento à palavra e da palavra ao pensamento. (p. 409)

Assim, entendemos o significado como sendo a “*unidade que reflete da forma mais simples a unidade do pensamento e da linguagem*” (Vigotski, 2001, p. 398).

No entanto, a linguagem não reflete o pensamento em sua forma pura, pois o processo pelo qual o pensamento se transforma em linguagem faz com que o mesmo se reestruture e se modifique.

Dessa forma, para se buscar apreender a subjetividade do sujeito deve-se ir além do simples entendimento sobre o pensamento que a palavra reproduz, deve-se

buscar também as determinações (sociais e históricas) que são para o sujeito como motivações, necessidades, interesses, para daí chegar ao sentido por ele atribuído (Aguiar, 2007).

O sentido, na concepção sócio-histórica, é o que faz a mediação entre o pensamento e a palavra com significado. Ele se apresenta como algo inesgotável, complexo e dinâmico, em contrapartida ao significado, que se apresenta como algo mais uniforme e estável.

Os significados são sociais e compartilhados e, dada essa característica, podemos dizer que eles constituem os sentidos, ao mesmo tempo em que os sentidos também constituem os significados, formando um par dialético. O sentido se apresenta como algo exclusivo do sujeito e este, por sua vez, constitui-se a partir de sua relação com o social. Ocorre aí uma relação de mediação, em que um só existe com o outro, numa unidade contraditória em que ocorre uma forte relação entre os sentidos e os significados, revelando que não somente os sentidos estão contidos nos significados, mas também os significados estão nos sentidos (Fortes, 2006, p. 75).

Interpretar e analisar os significados das palavras apresentadas pelo sujeito nos aproxima do sentido que ele atribui a si e ao mundo em que vive.

Assim, essa compreensão possibilita a aproximação à dimensão subjetiva e, conseqüentemente, aos fatores determinantes e constitutivos da identidade do sujeito, tal como concebidos a partir da perspectiva teórica de Ciampa, anteriormente exposta.

Procedimentos Metodológicos

A escolha do tipo de entrevista baseou-se na proposta teórica adotada, a identidade, tendo, portanto, um foco na história de vida.

Segundo Baptista (1997), a literatura existente sobre identidade demonstra haver uma relação intrínseca entre história de vida e identidade, uma vez que é por meio do estudo sobre a história que o entendimento sobre como a identidade se transforma ao longo da vida é possível. Esclarece que a história de vida é um relato do narrador, que reconstitui os acontecimentos que vivenciou e a experiência que adquiriu, destacando os fatos significativos que lhe marcaram nas suas relações.

Cabe ao pesquisador conservar-se tanto quanto possível silencioso, fazendo reduzidas interferências na narrativa, uma vez que cabe ao entrevistado destacar e narrar as experiências que achar relevantes em sua existência. Ao mesmo tempo em que narra sua história de vida, tem-se um movimento de reinterpretação da mesma. Destaca que cabe ao pesquisador ultrapassar o caráter individual do que lhe é transmitido e buscar inserir-se nas coletividades às quais o narrador pertence.

Pretende-se ter a história como destaque; para tal, utilizaremos a narrativa da história de vida²⁶, para apreensão da subjetividade e da constituição da identidade.

Bueno (2002) afirma que as narrativas autobiográficas são uma alternativa para se entender a história individual e social do sujeito, pois as mesmas trazem e explicitam tanto a subjetividade do sujeito como também refletem a sociedade na qual estamos inseridos.

²⁶ Alguns autores utilizam o termo narrativa biográfica/autobiográfica para denominar essa proposta metodológica de apreensão da subjetividade. Aqui utilizamos esse termo como sendo a narrativa de história de vida a coleta de dados realizada por meio de entrevista e fala do próprio sujeito

(...) o nosso sistema social encontra-se integralmente em cada um dos nossos atos, em cada um dos nossos sonhos, delírios, obras, comportamentos. E a história deste sistema está contida por inteiro na história da nossa vida individual (Ferrarrotti, *apud* Bueno, 2002, p. 19)

Assim, por meio da história de vida, é possível apreender os processos constitutivos de um sujeito; esse conhecimento singular adquirido pode tornar-se relevante socialmente na medida em que permite sua generalização, uma vez que o indivíduo é entendido como um ser que contém a totalidade social e que a manifesta por meio de suas ações, palavras, sentimentos e pensamentos. Dessa forma, a apreensão constitutiva de um sujeito pode revelar “*algo constitutivo de outros sujeitos que vivem em condições semelhantes*” (Aguiar, 2007, p.140).

Esse caminho de apreensão é uma “*via de acesso não linear ao conhecimento científico do sistema social*” (Bueno, 2002, p. 20). Para que seja possível acessar a subjetividade do sujeito, optamos por realizar a entrevista reflexiva, uma vez que esta permite a interação humana e, a partir disso, a possibilidade de construção de um conhecimento organizado, em que ocorre a participação do entrevistador e do entrevistado no resultado final (Szymanski, 2004, p. 14).

A entrevista reflexiva favorece a construção de um conhecimento compartilhado entre entrevistador e entrevistado, garantindo, dessa forma, o compromisso ético com o entrevistado, que tem a possibilidade de ouvir e refletir sobre a questão discutida, articulando-a de uma outra maneira em uma nova narrativa. Szymanski (2004) elucida essa questão ao mencionar que a

Reflexividade tem aqui também o sentido de refletir a fala de quem foi entrevistado, expressando a compreensão da mesma pelo entrevistador e submeter tal compreensão ao próprio entrevistado, que é uma forma de aprimorar a fidedignidade (p. 15)

A construção de um conhecimento busca desvelar a essência dos fatos e seus determinantes, revelando os fatores e relações que constituem os fenômenos.

Geertz (*apud* Bueno, 2002) sintetiza de maneira clara o procedimento metodológico escolhido.

Acreditando (...) que o homem é um animal preso em teias de significações que ele mesmo teceu, considero a cultura como sendo essas teias, e sua análise há de ser, portanto, não uma ciência experimental em busca de lei, mas uma ciência interpretativa em busca de significações. O que busco é a explicação, interpretando expressões sociais que são enigmáticas em sua superfície. (p. 15)

As Entrevistas

As entrevistas foram realizadas no novo local de trabalho da psicóloga, em seu escritório, em ambiente calmo e tranquilo, não havendo interrupções ou interferências. Foram realizados dois encontros; o primeiro de aproximadamente três horas e o segundo de aproximadamente duas horas. Ambos foram gravados e transcritos.

A psicóloga estava tranquila nos encontros, demonstrando, em alguns momentos, ficar emocionada ao relatar sua história.

O fato de a psicóloga ter trocado de trabalho um pouco antes da realização da pesquisa foi um fator entendido como positivo, inclusive para ela, que ao participar da pesquisa e relatar sua história de vida pôde analisar a própria experiência, interpretando e verificando seu próprio desenvolvimento profissional.

Após a realização do primeiro encontro, organizamos a fala do sujeito em temas que se destacaram na fala do sujeito e que auxiliaram a compreensão do movimento de constituição da identidade do psicólogo.

Esses temas foram estabelecidos após diversas leituras flutuantes do material coletado. Essas leituras permitiram que identificássemos conteúdos que se destacaram na fala do sujeito e que apresentavam relevada importância frente à investigação almejada.

Feita essa primeira organização, marquei o segundo encontro com a psicóloga, para apresentar essa transcrição já pré-organizada, buscando, com isso, apresentar o material e verificar se ela concordava, se queria retirar, acrescentar ou alterar algum dado apresentado. Além disso, buscou-se também, nesse segundo encontro, tirar algumas dúvidas que surgiram após a leitura do material transcrito.

Durante o segundo encontro, Maria fez alguns esclarecimentos, ressaltou novamente algumas falas, fez a leitura do material apresentado e corrigiu algumas informações. Demonstrou ter gostado da forma como foi organizada sua fala.

Após a segunda entrevista, uma nova análise foi feita buscando verificar a permanência ou criação de novos temas de destaque.

Os temas que surgiram, em um primeiro momento, foram destacados e analisados isoladamente e, posteriormente, foram analisados sob a ótica do contexto geral apresentado, interrelacionando aos demais. Foram formados a partir da narrativa da história de vida e do contexto de trabalho da instituição socioeducativa em que a psicóloga trabalhou.

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A psicóloga

Maria tem 40 anos e é psicóloga há aproximadamente 15 anos. Solteira. Iniciou seu trabalho como psicóloga voluntária, enquanto trabalhava como escriturária. Especializada em psicodrama.

Antes das entrevistas para a presente pesquisa, já havia me encontrado com Maria em alguns momentos, quando eu ainda atuava na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da cidade de São Paulo, na equipe técnica responsável pelo acompanhamento dos serviços e atendimento às pessoas em situação de rua.

Nossos encontros geralmente aconteciam para discussão sobre as políticas públicas vigentes, em reuniões técnicas geralmente organizadas pela SMADS, fato esse que me permitiu conhecer seu comprometimento e envolvimento com o trabalho que desenvolvia.

Relatos sobre seu trabalho no albergue também chegaram ao meu conhecimento, uma vez que foi uma das primeiras psicólogas a atuar em albergue na cidade de São Paulo.

Maria trabalhava para uma organização sem fins lucrativos muito reconhecida por seu trabalho com população em situação de rua, tanto pelo seu pioneirismo no desenvolvimento de algumas propostas diferenciadas de atendimento, quanto no comprometimento com um trabalho de qualidade que conseguisse de fato auxiliar no processo de construção de autonomia dos sujeitos atendidos.

Esse fato demonstrou ser importante no processo de constituição de sua identidade profissional, pois essa relação foi permeada de comprometimento, atitude de parceria, troca e reconhecimento que possibilitaram que houvesse, durante o trabalho, muitos momentos de conversas e discussões para que todos pudessem refletir e rever o trabalho a ser desenvolvido.

Já admirava o trabalho dessa organização social sem fins lucrativos e da psicóloga e passei a admirar ainda mais após conhecer sua trajetória no albergue.

A seguir, apresentaremos a narrativa da história de vida de Maria, como foi o início do trabalho como psicóloga e como foi constituindo sua identidade profissional no albergue.

Os dados serão expostos por meio dos temas que emergiram de sua fala.

1) Início da entrevista

Maria inicia a entrevista dizendo seu nome e em seguida se apresenta pela profissão de psicóloga e pela formação que lhe outorga a profissão.

Bom, eu sou Maria²⁷. Sou psicóloga e me formei em 1994. Estudei na Universidade X (...).

Conforme Ciampa (2005), o processo de constituição da identidade se inicia com o estabelecimento do nome. O nome indica seu singular. Em seguida, Maria apresenta sua profissão e a formação que lhe outorgou esse título. Sua profissão indica o grupo social do qual faz parte; sendo assim, por meio de sua graduação na

²⁷ Este e todos os demais nomes de pessoas e lugares que aparecem na entrevista são fictícios.

Universidade X, Maria passa a constituir o grupo específico de psicólogos brasileiros.

Por meio desse movimento dialético entre o seu singular, representado aqui pelo nome, e o social, representado aqui pela profissão escolhida, é que inicia a narrativa do processo de constituição de sua identidade profissional.

Baptista (2002) refere-se à identidade profissional como “*faceta da identidade pessoal, composta pelo conjunto de papéis profissionais que a pessoa assume no decorrer de sua vida ativa.*” (s/p).

Aqui vale destacar as contribuições de Habermas (*apud* Baptista, 1997) sobre a identificação do sujeito com os grupos de referência ao qual pertence. Esses grupos de referência dispõem de uma identidade coletiva; sendo assim, a identidade coletiva dos psicólogos brasileiros é um fator determinante na constituição da identidade do psicólogo em geral e de cada um dos que atuam nos diversos campos, entre eles os profissionais das instituições socioeducativas para pessoas em situação de rua.

Fazer parte, após a sua formação, do grupo de psicólogos brasileiros, implica apropriar-se de uma identidade coletiva que

(...) dá sentido de continuidade para os indivíduos, por adotarem papéis, normas e valores válidos para todos os componentes do grupo, o que reafirma constantemente a realidade objetiva e subjetiva. (Baptista, 2002, s/p)

2) Percurso de Trabalho

Após o início de sua narrativa, Maria descreve seu percurso de trabalho como psicóloga.

(...) assim que eu terminei a faculdade o meu objetivo foi formar consultório. Então, eu fui para consultório com amigos da faculdade. Fiquei em consultório por 2 anos e depois (...) eu saí e decidi começar na área social da psicologia.

E aí foi isso, esse percurso que na verdade começou com um desejo pela clínica, mas depois foi indo para o social (...). E acabei indo para o social.

Inicia sua trajetória profissional como psicóloga atuando em consultório, na área clínica. Nesse sentido, Maria reflete o próprio movimento da Psicologia, tendo o campo da clínica como proposta de atuação mais difundida, quer no âmbito da formação do psicólogo, quer no âmbito das expectativas de um grande número de alunos que optam pelo curso.

Em 1962, a Psicologia foi regulamentada como profissão. A partir desse período até meados dos anos 1980, a profissão foi marcada pela despolitização, alienação e elitismo, contribuindo para o entendimento de que o psicólogo só faz psicoterapia (CFP, 2007). Essa questão se reflete na própria formação profissional do psicólogo. Bock (1997) traz algumas reflexões sobre essa questão:

A formação dos psicólogos tem sido dominada pela visão liberal de homem. Temos formado nossos psicólogos na perspectiva do individualismo, da naturalização do homem e do fenômeno psíquico. Temos priorizado a prática clínica nos consultórios particulares (nossas clínicas escola têm se constituído à imagem e semelhança destes consultórios e não à imagem e semelhança das instituições do serviço público). Temos atraído jovens que desejam "fazer Psicologia" para ajudar o outro e conhecer-se a si próprio, denotando valores individualistas em uma prática assistencial. (...) Temos fornecido uma formação técnica que ensina a atuar de determinada maneira em determinada situação, desenvolvendo pouco ou quase nada a capacidade de lidar com o novo, com o desconhecido (p. 41).

A partir de 1980, algumas pesquisas começaram a questionar o papel do psicólogo, sua identidade profissional e o lugar da Psicologia na sociedade. Esse movimento culminou com a adoção do lema “compromisso social da profissão”, em que psicólogos e entidades da Psicologia no Brasil mobilizaram-se e fomentaram a construção de práticas comprometidas com a transformação social (CFP, 2007).

Essas discussões não aconteceram somente em relação à *práxis* do psicólogo, mas aconteceram também em relação à sua própria formação.

É preciso uma formação em Psicologia colada à realidade social brasileira. Uma formação impregnada de realidade. Uma formação que, ao ensinar as teorias e saberes acumulados, é capaz de falar da realidade vivida pela população brasileira. (...) É preciso uma formação de um profissional comprometido com o seu tempo e sua sociedade, que trabalhe na promoção da saúde desta comunidade. Um profissional que discuta seu compromisso com a sociedade, um profissional que retire deste debate a finalidade social de seu trabalho; um profissional cidadão. (Bock, 1997, p. 42)

Esse mesmo movimento que a categoria profissional teve, de inquietação e construção de uma nova maneira de exercer a profissão, dessa vez com um olhar para a realidade social brasileira, foi o movimento de transformação vivenciado por Maria. Diz ela:

Eu estava na clínica e tinha uma necessidade minha de estar fazendo alguma coisa diferente, que na verdade nem eu sabia o que era. Porque na clínica era legal, mas me parecia muito restrito, dentro do consultório. Tinha alguma coisa ainda, que não era só aquilo, e eu tinha um contato, na verdade eu tinha uma amiga, cuja irmã trabalhava nessa entidade espírita, e aí ela falava “Olha, minha irmã trabalha lá, você quer o contato?”

E então eu fui lá visitar, fui lá ver e conhecer, fiz contato e achei interessante o trabalho e comecei a trabalhar lá (...) e vi que era um pouco daquilo que eu queria, estar com mais gente, essa questão do problema social era alguma coisa que me sensibilizava e então parece que eu me satisfazia profissionalmente; era por aí, é a área social.

Reflete sobre as próprias justificativas para atuar na área social:

E aí eu fico pensando o que me leva a estar nesse meio social, com essas populações excluídas. É um pouco o meu desejo de estar com essa população, com esse grupo. Essa transformação é onde eu vejo possibilidade de acontecer alguma coisa interessante.

Nesse sentido, Santa-Rosa (2008) sintetiza bem essa questão:

Ao sair de seus consultórios, a compreensão dos problemas psicológicos se ampliou, dando aos profissionais uma visão mais acurada dos dilemas vividos por uma parte da população, que se encontrava excluída (in: Carpigiani, 2008, p. 18).

No entanto, apesar de se satisfazer profissionalmente na área social, atuar nela não era um caminho que possibilitava seu próprio sustento financeiro, demonstrando que esse movimento do compromisso social da profissão foi também, aos poucos, tendo que ser conquistado pela categoria junto à sociedade.

(...) então, os primeiros passos na área social foi como psicóloga voluntária, porque depois, saindo de lá depois de 4 anos, eu fui para o “Bem-estar da Mulher”²⁸ também como voluntária. Passei a trabalhar como psicóloga foi na “Saindo da Rua” e era legal porque tinha uma remuneração e já não era tão preocupante estar como voluntária, mas estar fazendo o que eu gostava e ser remunerada por isso.

Enquanto trabalhava na área social como psicóloga voluntária, para poder sobreviver, tinha que exercer outra atividade remunerada.

²⁸ “Bem estar da mulher”, “ Saindo da rua” , “ Convivência” e “ Serviço” são nomes fictícios de serviços de atendimento ou organizações sociais sem fins lucrativos para o qual a psicóloga trabalhou.

(...) assim que eu comecei a fazer a faculdade, eu consegui um trabalho no “Serviço”, (...) e eu fiquei lá, trabalhando na parte administrativa (...); eu estava lá como escriturária. Entrei para poder pagar a faculdade e fiquei durante 10 anos lá. Paralelamente, eu tinha um consultório e fazia o trabalho voluntário. Então, eu tinha essa remuneração porque eu tinha esse emprego (...). Na verdade, foi bom ter saído do “Serviço”, porque foi muito legal ter ficado lá esse tempo todo, porque assim eu fiquei o tempo da faculdade e fiquei mais um pouco, porque me dava estabilidade, eu precisava do salário. (...) Mas aí eu comecei a ficar insatisfeita, não conseguia sair dessa função de escriturária e não queria continuar fazendo isso: “Quero poder exercer minha profissão integralmente; então vou sair”. E então, eu saí, saí com o dinheiro da indenização para me manter até ser remunerada novamente; então foi um pouco isso.

O processo de iniciar na área social como psicóloga voluntária e somente após alguns anos conseguir uma atividade remunerada reflete o próprio processo de reconhecimento da profissão na área social. As entidades brasileiras de Psicologia e os psicólogos atuaram fortemente na luta pela valorização e implementação do profissional psicólogo nas políticas públicas, resultando, inclusive, em sua inclusão na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos²⁹ da Política Nacional de Assistência Social. Atualmente, em alguns serviços de atendimento da Assistência Social é obrigatória a presença de um profissional psicólogo em seu quadro de recursos humanos.

Em seu percurso na área social, Maria iniciou o trabalho com população de baixa renda, adultos e adolescentes. Em seguida, trabalhou com mulheres em situação de alta vulnerabilidade social, como as profissionais do sexo, para, após essa experiência, começar a atuar com pessoas em situação de rua:

²⁹ Normatização federal que estabelece os profissionais que devem compor as equipes de trabalho dos órgãos públicos e serviços conveniados da Política de Assistência Social.

O meu trabalho era de atender população carente, de baixa renda; então, eu fazia um pouco trabalho com adulto e com alguns adolescentes, mas o foco era mais adulto. E eu fiquei lá durante 4 anos (...) e depois conheci a “Bem-estar da Mulher” (...) e aí comecei a fazer abordagem de rua, como educadora (...) e, como psicóloga, coordenava um trabalho de grupo com mulheres que freqüentavam a entidade e fazia atendimento psicoterapêutico individual, era um trabalho voluntário.

Fiquei lá por um ano e depois saí... e foi quando eu conheci a “Saindo da Rua” e o convite foi justamente para começar num projeto (...) da “Saindo da Rua”, (...) por tempo determinado, pois era para as frentes frias. Então, era fazer abordagem de rua e encaminhar para os albergues e abrigos no período do inverno.

(...) era, assim, um trabalho interessante porque era o primeiro trabalho com moradores de rua e, então, para mim, era novo trabalhar com essa população. E foi bem interessante, porque era meu primeiro trabalho com moradores de rua e foi uma coisa diferente, uma coisa que me deu gosto para continuar.

Depois veio o “Convivência”, que era um novo projeto da “Saindo da Rua”, e eu comecei no “Convivência” como psicóloga.

Relata que o início de seu trabalho no albergue Convivência já foi como psicóloga. A partir desse início, percorrerá um caminho de construção de sua prática profissional dentro dessa instituição.

3) A construção de uma prática psicológica na instituição

Ao iniciar o trabalho no albergue Convivência, relata que inicialmente buscou desenvolver seu trabalho conforme a proposta original, conforme aquilo que estava escrito no projeto. No entanto, na prática do dia-a-dia, foi percebendo que aquilo que estava posto como trabalho a ser desenvolvido não necessariamente era o melhor a fazer.

(...) no primeiro, segundo ano (da instituição), a gente tinha essa proposta de como estava escrito no projeto, só que depois fomos vendo ao longo do tempo que na verdade era bastante ideal. (...) a gente foi se dando conta disso, que na verdade a gente tinha um ideal de trabalho e a realidade se manifestava de outra forma.

Sua fala também nos remete a um olhar coletivo, de grupo. Não se refere a “eu” (1ª pessoa do singular), mas a “a gente” (equivalente a 1ª pessoa do plural).

Afirma que o papel de psicólogo da instituição estava posto, escrito no projeto. Tratava-se de um papel conhecido e esperado.

Para Ciampa (2005), “o papel é uma atividade padronizada previamente”, ele é conhecido. A expectativa que o grupo tinha do papel da psicóloga, a princípio, é conhecido por todos. No entanto, a própria atividade exercida, o atendimento realizado, demonstra que a realidade se transforma continuamente, aquele papel padronizado previamente já não estava atendendo à necessidade da realidade vivida no albergue. Atuar conforme a expectativa não é suficiente. O prescrito era limitado e a contradição colocada pela realidade faz com que haja movimento de transformação do que estava prescrito.

Não se tem mais clareza sobre qual o papel do psicólogo, do assistente social, então tem que se discutir e rever a atividade prescrita para atender àquilo que a realidade demanda. Maria vivencia essa contradição entre o ideal e o real, o prescrito e o necessário, que aponta para a necessidade de superação; em outras palavras, para a necessidade de metamorfose:

Então, na verdade, esses acertos e erros são comuns e naturais do trabalho. (...) Mas foi muito rica toda essa controvérsia, toda essa discussão.

O movimento de discutir e rever a própria forma de atuar, a partir da realidade apresentada, reflete bastante o que Santa-Rosa sintetiza, sobre a psicologia como área de conhecimento:

A psicologia, acompanhando o desenvolvimento da humanidade, promove constantes revisões em suas teorias e amplia suas práticas, tentando encontrar respostas aos desafios que surgem (in: Carpigiani, 2008, p. 18)

Maria demonstra, dessa forma, que seu movimento na instituição busca responder às demandas que a realidade das pessoas que são o foco de seu trabalho apresenta, não se atendo somente ao papel que dela era esperado. Pelo contrário, dá indícios de que a partir de sua atividade profissional e, sobretudo, da realidade com a qual trabalha, um movimento de metamorfose se inicia. Iremos adiante falar mais sobre isso; por ora, continuamos o caminho apresentado por Maria.

Relata que o processo de construção de sua prática psicológica na instituição buscava estabelecer as atribuições de cada profissional dentro da equipe multiprofissional³⁰, cabendo inicialmente ao psicólogo focar seu atendimento nos alcoolistas e drogadictos.

(...) parece que tinha uma certa divisão, feita pela própria equipe, talvez em comum acordo, ou inconscientemente, não sei, de que o psicólogo faria isso, que o educador faria isso, o assistente social faria isso. O psicólogo, então, seria o responsável pelos encaminhamentos dos alcoolistas, dos drogadictos. E, então, essa coisa eu acabei pegando mesmo para mim; já que era responsável por isso, então eu vou ter que dar conta disso.

³⁰ O termo “equipe multiprofissional” é entendido como aquela equipe em que cada profissional atua dentro da sua área de conhecimento, sem interface com a área de atuação do outro, mas todos com o mesmo objetivo a ser atingido.

Aqui vale parar para uma reflexão. A divisão de trabalho inicialmente apresentada demonstra a limitada forma de ver e perceber a atuação do psicólogo na instituição, do que decorre a conformação dos papéis. A atuação do psicólogo voltada para os problemas sociais apresentados pela população atendida, no que se refere ao alto consumo de álcool e drogas, aparenta indicar que o trabalho está voltado para a “doença”, para o indivíduo. Ao se focar a doença, o indivíduo, espera-se, conseqüentemente, um trabalho que busca atingir a cura do adoentado, numa tentativa de ajustá-lo ao meio social estabelecido. O problema é visto numa perspectiva individual e, nesse plano, espera-se que a intervenção seja realizada; mais do que isso, espera-se que o psicólogo, supostamente responsável pelos fatores individuais, assuma esse problema e sua solução.

Essa visão é pautada num modelo médico, privado, individualista e assistencialista, em que se espera o problema, a doença, aparecer para depois tratá-la. Prevenção e promoção da saúde tornam-se conceitos distantes. Responsabilização do indivíduo pela situação em que se encontra torna-se referência; em contrapartida, as determinações históricas da sociedade, que impõem as condições objetivas às pessoas, tornam-se distantes do foco de análise e de intervenção.

Ainda que concordemos que a questão do álcool e das drogas não deva ser ignorada, não podemos limitar o olhar sobre o trabalho socioeducativo a ser desenvolvido somente sob esse aspecto, pois corremos o risco de responsabilizar o sujeito por sua doença e por sua cura, sem levar em conta as determinações sócio-históricas que o constituem e sua relação com o meio em que vive.

Maria, no entanto, ao refletir sobre seu papel, produz um movimento de crítica e superação desse papel estabelecido previamente. Esse movimento inicia-se

ao se deparar com a complexidade dessa questão, que faz com que ela comece a angustiar-se com o trabalho que realiza.

No começo, eu ficava muito angustiada: “Meu Deus, como é que eu resolvo essa questão?” Um pouco eu pegava para mim, como se eu tivesse que resolver; sendo a psicóloga da entidade, eu teria que estar resolvendo essa questão. Um pouco sendo cobrada por isso também pelos educadores.

Percebe-se, por meio dessa fala, que a expectativa que a instituição e os profissionais que lá atuam colocam sobre ela faz com que, nesse momento, ela absorva essa expectativa, buscando atuar de acordo com ela; ou seja, procura repor seu papel, sem considerar as condições que poderiam levá-la à metamorfose, rompendo com os papéis estabelecidos e os superando. Pode-se supor, também, que em sua formação e em sua história profissional essa atribuição estivesse estabelecida, por tratar de um problema do indivíduo e que requeriria ação no plano individual.

No entanto, diante dessa dificuldade, faz um movimento que permite sair da mesmice na qual se encontrava, em que buscava desempenhar somente o papel de psicólogo esperado pela instituição, construindo um novo olhar sobre essa questão e, com isso, transformando sua atuação profissional. Movimenta-se em direção à metamorfose. Aqui, mais uma vez, demonstra esse movimento:

Aí, fui me dando conta que na verdade era uma questão social, não tinha eu que resolver isso sozinha, que onipotência seria a minha de achar que eu que teria que resolver essa questão! E quando você se dá conta que você não é responsável por aquilo, você fica mais tranqüila e consegue desenvolver melhor o trabalho, você vai se percebendo na ação e isso é que é interessante. Fui me dando conta disso, que eu não tinha que resolver a vida de ninguém. Não tinha que estar lá para tirar a pessoa daquela situação sozinha ou se ela não quisesse, e aí acho que o trabalho teve uma outra dimensão para mim.

Essa vivência produz um movimento de transformação, que faz com que Maria passe a atuar e se posicionar de maneira que estimula a própria transformação da equipe de trabalho e, conseqüentemente, da própria instituição. Em outras palavras, a metamorfose sofrida por Maria, frente às contradições entre o que dela se esperava e a realidade do atendimento, produz, no âmbito do trabalho coletivo, também uma metamorfose do grupo com o qual trabalha. Ela provoca no grupo uma mudança no olhar para as pessoas atendidas e, por conseqüência, na atuação sobre elas.

Além disso, ela busca interpretar as situações sob diferentes perspectivas, saindo da aparência e procurando compreender o sujeito, suas contradições e ações em sua essência. Sai das explicações fáceis e imediatas para se aprofundar no sujeito.

Isso é muito interessante nesse trabalho social. (...) se a pessoa chega alcoolizada, “Meu Deus, o que foi que aconteceu com essa pessoa? O que foi que aconteceu no atendimento individual que fez essa pessoa chegar assim no outro dia? Conversei com a pessoa ontem e ela chega assim hoje, o que foi?”

Mas fui entendendo que até um atendimento individual pode, sim, ter ocasionado ela chegar no dia seguinte alcoolizada, mas que é da própria dinâmica do alcoolismo, e ela começa a falar de si, começa a olhar questões que a levaram para essa situação, era uma evolução para a pessoa e para a minha compreensão. Então, teve todo esse entendimento da minha parte. Compreender que na verdade a equipe toda era responsável por essa pessoa, por ela chegar assim, os educadores, o assistente social, a própria coordenação. Comecei nas reuniões de discussão a pontuar um pouco isso, a responsabilidade de todos nós. E talvez a própria equipe começou a enxergar isso de outra forma e aí fui entendendo também que, na verdade, o meu papel como psicóloga na entidade era um pouco esse também, de fazer essas intervenções com a própria equipe, quer dizer, a dinâmica é essa, cabia a mim também ter esse olhar de estar um pouco desvelando essas coisas.

Nesse sentido, Maria passa a perceber outros aspectos de sua identidade profissional, em que não cabe somente a ela o atendimento dos problemas apresentados pelos conviventes, mas também trazer à reflexão questões que envolvem o próprio trabalho social realizado pela equipe multiprofissional. Seu foco passa a ser também a equipe de trabalho e o próprio trabalho desenvolvido.

A personagem Maria, psicóloga clínica, passa a se transformar também na personagem Maria, psicóloga institucional.

Cabe refletir aqui sobre a identidade como articulação de vários personagens. Conforme Ciampa (2005), “(...) *uma identidade nos aparece como a articulação de várias personagens, articulação de igualdades e diferenças, constituindo, e constituída por uma história pessoal.*” (p. 156-157)

Percebe-se aqui que o movimento de metamorfose da identidade profissional de Maria no albergue inicia-se com a articulação entre a personagem psicóloga clínica, que atende somente os alcoolistas e drogadictos, e a personagem psicóloga institucional, que passa a intervir no âmbito das relações institucionais estabelecidas entre seus pares, sua equipe de trabalho e a maneira como esse trabalho deve ser desenvolvido pela equipe multiprofissional, tendo como foco as demandas das pessoas que se propõe a atender.

Além disso, Maria indica fatores que entende serem partes constitutivas da identidade do psicólogo na instituição.

Então, é muito interessante essa dinâmica (...) do psicólogo, esse despertar também do papel dele enquanto profissional no social. Isso é muito rico e aí, sim, eu acho que ele acaba fazendo a diferença nesse trabalho social, quando ele passa a descobrir o que cabe a ele, talvez instigar, motivar a algumas reflexões em relação ao social mesmo, e não de reproduzir o que já está. Então é interessante também a própria descoberta do ser psicólogo e isso é bastante produtivo nesse sentido.

Maria percebe que cabe ao psicólogo atuar de forma a despertar, nas pessoas atendidas, o conhecimento e a reflexão acerca das condições sociais impeditivas de sua autonomia, não atuando de forma a individualizar e responsabilizar somente o indivíduo por sua situação. Santa-Rosa traz algumas reflexões importantes sobre essa questão:

(...) os indivíduos podem sentir-se impotentes para qualquer ação, caso as idéias sobre a superação dos problemas sejam formadas a partir de uma lógica individualista, colocando exclusivamente no indivíduo, a responsabilidade por sua condição. Acontece que o homem, por ser dotado de razão, pode alterar suas condições de existência e, basta olharmos para os produtos da civilização, que veremos todas as mudanças produzidas pelo homem, transformando a natureza e criando a sociedade. Dessa forma, o homem pode produzir as mudanças necessárias para que sua vida tenha melhores condições. (in: Carpigiani, 2008, p. 30)

Sendo assim, Maria busca ser uma facilitadora para que os sujeitos reflitam acerca das determinações sócio-históricas que lhe auferiram determinado lugar na sociedade, possibilitando que as pessoas desenvolvam sua consciência e, com isso, possam atuar em busca das mudanças necessárias para melhorar suas condições objetivas de vida.

Além disso, Rusche (2008) traz uma reflexão muito pertinente para o trabalho do psicólogo, apesar de essa reflexão ter sido feita em relação ao trabalho do psicólogo na escola.

Deve-se atuar na formação permanente de educadores, na continência às suas angústias profissionais, nas relações pautadas pelo preconceito, na denúncia dos aspectos classificatórios, seletivos e excludentes (...) e, finalmente, na conscientização, na

promoção dos direitos humanos, da saúde mental e da formação integral do ser humano. (in: Carpigiani, 2008, p. 54)

Aqui vale destacar que entendemos o albergue como uma instituição de educação não-formal, que, apesar de não apresentar a mesma estrutura funcional e objetivos da instituição de educação formal - a escola, possui similaridades com a mesma. Portanto, estudos e pesquisas sobre a escola, seus processos de ensino e aprendizagem, suas relações sociais e o trabalho desenvolvido por seus profissionais podem contribuir para os estudos sobre o albergue.

O movimento de transformação de Maria reflete-se não somente no desenvolvimento de seu trabalho com a equipe, mas também em sua metodologia de atendimento.

(...) eu fazia alguns atendimentos individuais, achava que tinha que atender individualmente todo mundo nessa concepção. Mas vi que não dava. Atender individualmente 80 conviventes não dava. Então, fui entendendo que isso tinha que acontecer no grupo porque no grupo dava para fazer essa intervenção.

A proposta de seu trabalho, no início, reflete a indicação feita anteriormente de apresentar um foco clínico e psicoterapêutico, uma vez que entendia ser seu papel atender individualmente 80 conviventes. Era o papel atribuído; era o que ela aprendeu e era o que realizou profissionalmente. Ao perceber que o trabalho pode atender melhor ao que a realidade lhe demanda, nas condições que existem de fato, se o atendimento acontecer em grupo, reforça o que Santa Rosa (2008) diz sobre o trabalho do psicólogo:

Os trabalhos realizados (...) privilegiando as ações em grupo, promovem discussões sobre problemas comuns e podem levar ao reconhecimento das

adversidades vividas relacionadas com a própria estrutura social, que, impondo historicamente as condições objetivas às pessoas, lhes impede a autonomia. A compreensão dos sofrimentos psíquicos advindos dessa situação desloca a identificação da fonte desses sofrimentos do indivíduo para a esfera do coletivo, o que não isenta a responsabilidade individual para a manutenção e a superação dessa condição. (in: Carpigiani, 2008, p. 24)

Maria percebe, na prática, o diferencial de desenvolver o trabalho com grupos.

E eu vi o seguinte, que para se trabalhar de fato com essa população tem que se privilegiar o trabalho com grupo, porque de fato é no grupo que você vê essa possibilidade das pessoas pensarem, das pessoas discutirem. Individualmente é interessante, mas é o grupo que vai fomentando a própria capacidade crítica da pessoa em estar naquela situação.

(...) o grupo tem uma força muito grande e talvez para o trabalho social isso seja realmente importante porque é o grupo que pode mudar alguma coisa. Isso era muito evidente no trabalho com eles [conviventes], quanta coisa interessante saía de toda a reflexão, quantas críticas inteligentes. Toda quarta feira tinha o grupo de psicodrama para os alcoolistas e drogadictos; então, era sempre um tema focando essa questão do alcoolismo, da droga, e eles faziam uma relação com tudo isso, que era muito interessante, e aí você tem muito forte como o grupo é sábio, como o grupo sabe porque está ali, porque essas questões acontecem, de ter gente na rua, de ter a má distribuição de renda, tudo isso que acaba levando para a corrupção, que acaba levando para tudo isso. Questões que eram muito interessantes, que precisavam ser debatidas, faladas, e, óbvio, focando a responsabilidade de cada um para sair daquela situação, as questões sociais, de buscar um tratamento, não só esperar o Estado, a Assistência Social para dar conta disso, mas a própria pessoa acionar os recursos internos e pessoais para buscar resolver essas questões.

Além disso, ao refletir sobre sua prática, Maria desencadeia uma reflexão que auxilia a transformação das outras práticas realizadas pela equipe, colaborando para que a atuação da equipe multiprofissional, em que cada um atua no seu papel, sem se relacionar com a área de atuação do outro, se transforme numa atuação de

equipe interdisciplinar, em que ocorre uma interrelação entre os diversos profissionais e suas áreas de atuação, ainda que um não invada o que é específico da profissão do outro; o trabalho e as áreas de atuação dos diversos profissionais do albergue se interrelacionam buscando garantir um atendimento que atenda às necessidades da realidade vivenciada.

Tinha uma coisa da equipe “Ah, você quer conversar, então espera aí que eu vou falar com o psicólogo para te atender”. Mas algumas coisas o próprio educador poderia estar resolvendo. Tinha alguns momentos que a própria equipe acabava se confundindo, por exemplo, tinha caso de briga, então: “Ah, espera aí que você vai falar com o psicólogo”. Mas a briga, o próprio educador poderia resolver, entendeu?

No começo eu atendo, eu atendo e você vai entendendo que tem algumas coisas que não é só o psicólogo que tem que fazer. Tinha algumas coisas, como briga, que o psicólogo atende, o assistente social também atende e o educador também atende. Então, três profissionais atendendo, como é que é isso?

Isso também vai se acertando lá na frente, e você começa intervindo nas reuniões de equipe, essas coisas vão clareando, o que cabe ao seu papel, o que acontece.

Apesar de auxiliar no processo de construção do trabalho socioeducativo desenvolvido, não busca segmentar o atendimento realizado. Além disso, percebe que é no tempo, na história, que, pela atividade, se produz a transformação.

Claro que há momentos que você vai ter que fazer aquilo, mas não vai ser uma coisa constante, que está definido. O que acontecia da gente se atrapalhar é quando não estava definido, é quando os papéis não estavam definidos. Então essa construção do papel, ela também foi acontecendo ao longo do tempo, concomitantemente; então era isso, toda essa descoberta que leva tempo, que é do tempo desse desenvolvimento, que a gente vai se acertando.

A demanda de trabalho que se apresenta na instituição muitas vezes faz com que os profissionais que lá trabalham tenham que desenvolver outras atividades, que não estavam previstas. Maria demonstra estar comprometida com o trabalho a ser desenvolvido na instituição e não somente com um papel fixo, atribuído ao que se espera da psicóloga. Apesar de demonstrar preocupação com as atribuições de cada um dentro do trabalho, havendo necessidade, ela assume outros papéis e funções para que o trabalho da instituição como um todo não seja prejudicado. Demonstra, com isso, que assume uma mudança em seu papel, passando de psicóloga para psicóloga da instituição. Mais do que isso, transforma o papel de psicóloga em vez de repô-lo; com isso, rompe com a mesmice, produz sua metamorfose, cria novos personagens.

Dessa forma, dá indícios de que percebe que a identidade profissional se constitui por meio de um movimento constante de transformação.

Eu vejo esse amadurecimento meu enquanto profissional, nesse sentido, e que só vai acontecendo nesse dia-a-dia, descobrindo essas coisas também. (...) também tem todo um processo do papel profissional de amadurecer, de estar entendendo exatamente o que é a sua função, mas também esse papel nunca está completo, ele está sempre se revendo, o que é de fato esse papel profissional numa entidade social, e eu fui entendendo que é também essa coisa de estar buscando se conscientizar para várias questões.

Ela não apenas se transforma, mas tem consciência de sua transformação, das condições em que é produzida e, sobretudo, de sua necessidade.

Percebe que esse movimento constante se traduz no próprio atendimento, auxiliando, inclusive, a própria pessoa atendida a entender o atendimento realizado pela instituição.

Na medida em que a gente foi percebendo as diferenças de papéis, foi também clareando para os conviventes. Estava na nossa fala, expresso, que o papel da assistente social é esse, papel da psicóloga é esse, e isso, óbvio, faz com que também para o convivente fique claro; então, ele chega para o psicólogo com uma demanda e para o assistente social com outra. Isso não quer dizer que um caso ou outro não se confunda, mas você vê uma clareza de uma maneira geral. E também repercute na equipe, que também vai tendo essa clareza e isso é bastante interessante.

Ao definir melhor o seu papel, Maria contribui para que os outros sujeitos também tivessem seus papéis mais claramente definidos. É importante notar que essa definição não se confunde com a “mesmice”, mas foi necessária a transformação de papéis para que estes assumissem, inclusive, maior clareza de suas próprias especificidades.

No entanto, não se limita somente a definir os papéis, busca também entender os outros papéis das pessoas que lá estão na instituição, desde a população em situação de rua atendida à própria equipe de funcionários. Reflete sobre o trabalho desenvolvido pelos outros e sobre a situação de ser atendido em uma instituição. Demonstrando, dessa forma, empatia com seus colegas de trabalho e as pessoas atendidas no albergue, que, segundo Fish & Shelly (*apud* Carraro e Radünz, 1996, p. 50), “*empatia é a capacidade de entender aquilo que uma pessoa está sentindo e transmitir-lhe compreensão, mantendo ao mesmo tempo certa objetividade para poder prestar a ajuda necessária*”.

Sendo assim, ao ter uma atitude empática para com seus colegas e pessoas atendidas, sua maneira de se relacionar permite uma maior afinidade e aproximação com elas.

É legal poder experimentar esses outros lugares, trocar de papel com o outro, sentir um pouco as dificuldades do papel e entender determinadas atitudes. Isso também vai enriquecendo você,

vai te dando mais compreensão sobre os papéis. Eu tive a oportunidade de experimentar um pouco todos os papéis, também do educador e do auxiliar.

Houve momentos pontuais de fazer esse papel mesmo, ter que ir chamar o convivente para sair porque já estava no horário. Essa era uma dificuldade, de alguns conviventes saírem no horário.

Você percebe que essa situação constante muitas vezes gerava ansiedade e um pouco de intolerância do auxiliar, pois sempre é a mesma pessoa que dá esse problema. Isso faz com que você entenda os embates que às vezes aconteciam entre os conviventes e algumas pessoas da equipe.

Então, é legal essa percepção global das coisas, porque você vai entendendo o papel e isso é legal. O próprio papel do convivente, como é estar dentro de um espaço que se tem regras, em que você está sendo assistido, e está numa situação de vulnerabilidade porque você está por um tempo naquele projeto e vai precisar sair e para onde você vai? Muitas vezes o convivente achava que era muita regra; então, é de fato interessante você se pôr nesses lugares.

Mas, na verdade, você está tentando se pôr porque o lugar mesmo só se põe quem ocupa ele e isso também é uma outra dimensão que é legal perceber e experimentar.

Com isso, verifica-se que a construção de uma prática psicológica na instituição se dá na relação que Maria estabeleceu com a equipe de trabalho, permitindo o questionamento e a reflexão sobre o que estava posto para se buscar novas formas de desenvolver a atuação profissional. Essa relação com a realidade à qual pertencia permitiu seu movimento de transformação, sua metamorfose.

Eu me lembro que a gente começou no “Convivência” com muita vontade, querendo fazer, era novidade trabalhar com aquela população e a gente ia se acertando, ia colocando no papel, o psicólogo vai fazer isso, o assistente social isso, o educador isso, o auxiliar, cozinheiro isso e vai refazendo esse papel, mas é interessante que a equipe tinha uma dinâmica, assim, de estar o tempo todo parece que descobrindo qual é o papel dela, de uma certa maneira isso era positivo. Mas estar sempre se revendo, ao mesmo tempo me parecia que não se entendia, que não ia dar certo. Tinha uma coisa de rotatividade da equipe também, então sempre tinha que estar resgatando isso. Mas tinha sempre essa reflexão, porque a gente tinha o tempo todo que estar falando desse papel, que é positivo, claro, porque a gente está se revendo, mas também

porque sempre, constantemente, está falando disso. Não dá para avançar, porque parecia que emperrava sempre naquilo. Qual era a dificuldade na equipe de estar entendendo o que tem que fazer, o que um auxiliar de serviços tem que fazer, o que um educador tem que fazer. Então, é o psicólogo que vai ver essa questão (...), nesse momento, não é? Mas também isso foi clareando a partir da maturidade nossa de estar descobrindo isso.

Maria assume a função de desvelar o que está encoberto nesse movimento da equipe de sempre ter que se rever. Isso é responsabilidade de todos, mas é também um papel específico do psicólogo, sobretudo quando este assume uma atuação no plano institucional. Aqui se percebe que a constituição da identidade do psicólogo se dá na relação intrínseca com a constituição da identidade dos outros profissionais e do trabalho a ser realizado. Os fatores determinantes da constituição da identidade de todos são as demandas que o trabalho impõe. Esse processo produz o movimento de metamorfose, de transformação, uma vez que é possível perceber que as contradições provocam mudanças, que são, por sua vez, condições de superação.

Para Ciampa (2005), somente a mudança não indica que ocorreu uma metamorfose, isso porque para que ocorra a metamorfose é preciso que se tenha “(...) *uma transformação efetiva, um salto qualitativo*”, em que as contradições se resolvam como superação (p. 140). Afirma também que “(...) *o indivíduo não é algo, mas sim o que faz, o fazer é sempre atividade no mundo, em relação com os outros.*” (p.137).

Dessa forma, percebe-se que, ao assumir seu papel de psicóloga da instituição, buscando desvelar o que estava encoberto na própria relação de trabalho e sendo facilitadora desse processo de superação e transformação do ambiente de trabalho, Maria vai constituindo sua prática psicológica na instituição, confirmando a proposição de Ciampa:

Como Severina diz: “se não me transformar, como vou transformar o ambiente”. E mais: “através da prática a gente vai se transformando”; acrescente-se: e vai transformando o ambiente. (p. 146)

4) O trabalho como local de movimento contínuo de aprendizagem

Ao relatar seu percurso de trabalho na instituição, percebe o próprio aprendizado, que se deu em um movimento contínuo:

Ah, são tantas coisas, tantas marcas que ficam e acho que é esse resgate mesmo, de uma in experiência que vai ser tornando essa experiência, mas que não está acabada, ela esta sempre em movimento, é contínuo. Isso é bastante interessante porque me parece que sempre há possibilidade de mais. (...) Foi muito rico; então, foi uma experiência muito bacana [emocionada]

É emocionante você ver todo esse quadro, que bacana, que bem aventura foi aprender com tudo isso, que isso só te acrescenta.

Percebe que seu caminho profissional como psicóloga foi único, com cada fato se interligando ao outro e, com isso, foi constituindo sua identidade. Entretanto, as transformações deram-se sempre nas relações sociais: com os sujeitos de seu trabalho, com os outros profissionais, consigo mesma e com seus próprios saberes (socialmente construídos). Além disso, ela reitera em toda a sua fala o processo de transformação. Pode-se dizer que não apenas há metamorfoses, mas elas são criticamente conscientes.

Parece um percurso que uma coisa vai ligando a outra, você vai fazendo um percurso que na verdade estão interligadas, uma coisa interessante essa, uma coisa vai te levando a outra e vai compondo um caminho só.

Identifica o local de trabalho como um lugar em que, a partir do próprio relacionamento com as pessoas atendidas, Maria foi aprendendo tanto no âmbito pessoal como profissional.

E acho que isso é uma coisa que eu aprendi lá também, com os conviventes, porque no começo tinha uma coisa minha mais rígida. Você quer que ele faça do jeito que você quer e você vai entendendo que a própria pessoa tem o tempo dela também e que isso tem que ser respeitado e que se ela quer dessa forma, então será até que ela queira mudar, então vai tendo um pouco mais de humildade da minha parte de entender que eu não sou controladora da vida das pessoas e isso é muito bom porque você também vai se aproximando um pouco mais das pessoas. Saí desse pedestal também de que se resolve tudo, o aprendizado do meu papel profissional também está ligado ao meu aprendizado como pessoa, como ser humano, porque na medida que eu entendo que eu não sou dona da vida das pessoas, que eu não posso dizer o que elas devam fazer ou não como pessoas, também como profissional isso também vai se modificando, que não é porque sou psicóloga que tenho que resolver a vida emocional da pessoa, uma coisa interfere na outra, o pessoal interfere no profissional e o profissional no pessoal e isso tudo é possível na medida em que eu fui trabalhando com esse grupo e essas pessoas diversas, entendendo essa história; então, isso foi muito gratificante, então, essa possibilidade.

Demonstra, mais uma vez, que é através da prática que vai se transformando. Essa transformação se dá na superação das contradições vivenciadas e na aprendizagem que detém com elas.

Além disso, a maneira de se relacionar com o trabalho, de vivenciar o dia-a-dia, as dificuldades e os problemas, fez com que Maria buscasse novos conhecimentos. As dificuldades eram vivenciadas e desencadeavam a busca de alternativas. Não se permitia ficar na mesmice, buscando sempre uma transformação, novos conhecimentos, novas práticas e novas posturas sobre temáticas específicas que auxiliassem em seu trabalho.

(...) a minha metodologia era de aplicar dinâmica, que tivesse a temática da dependência química. Mas eu também pensava que faltava alguma coisa, estava sempre faltando, então o que eu poderia utilizar, até para eu sensibilizar melhor essa população? E ter mais recursos, mais instrumentos para trabalhar. Parece-me que faltava ainda alguma coisa; então, eu pensei numa metodologia que pudesse contemplar esse trabalho com os grupos e eu já conhecia o psicodrama, de um trabalho de faculdade, mas era uma coisa muito pontual e fui buscar justamente essa metodologia. Estudei e vi que de fato era isso que contemplava e comecei a trabalhar com psicodrama e vi que essa metodologia com o grupo era muito interessante. Não só com os conviventes,³¹ como também com a própria equipe. (...) e aí, anterior a isso, ao estudo do psicodrama, eu também fiz um ano de especialização em dependência química, para entender um pouco essa dinâmica toda; então, foram estudos e pesquisas que acabaram também me ajudando a entender melhor tudo isso, toda essa questão com dependência química, o trabalho com grupo. Tudo isso foi compondo um pouco melhor esse meu papel como psicóloga, mas tudo isso aconteceu também estando no lugar e diante dessa necessidade “O que eu posso fazer para conseguir ajudar melhor essa pessoa?”. Então, essa busca de ser melhor profissional e de estudar, isso também foi uma questão que me ajudou bastante.

Maria estabelece o próprio processo de constituição de sua identidade como psicóloga da instituição. Ela mesma analisa a situação, identifica o problema e vai buscar soluções, dentro e fora da instituição, retomando a graduação ao buscar uma alternativa, encontrando o psicodrama e voltando a estudar. Apresenta os novos conteúdos estudados em sua prática do dia-a-dia, trabalhando para definir seu papel e dos outros e buscando na psicologia os recursos para atender às demandas que a realidade impõe. Constrói-se, dessa forma, como psicóloga na prática efetiva de sua condição profissional. Não se contenta com soluções fáceis ou usando apenas o bom senso, recurso que muitos profissionais substituem pela busca de conhecimento sistemático e atualizado das ciências que dão base a sua profissão.

Questiona a própria maneira de trabalhar, buscando a melhor forma de desenvolver seu trabalho para que isso tenha reflexo no próprio atendimento

³¹ Termo utilizado para denominar as pessoas atendidas no serviço

prestado. Esse questionamento faz com que busque o aprendizado. Se abre para a experiência de aprender. Não se coloca como conhecedora de tudo, nem se contenta com o conhecimento que tem; dirige suas ações em função das necessidades postas pelo trabalho, buscando o que a psicologia tem para dar.

É, na verdade, eu tinha muito receio em não inovar, eu acho que eu vejo hoje isso com mais clareza, porque eu pensava o que eu vou fazer realmente, eu vou atender individualmente, como num consultório, ou vou fazer um trabalho de grupo, de que maneira? E tinha que ser alguma coisa que funcionasse, que as pessoas vissem um ganho, então eu acho que eu me abri para poder aprender também, para sentir dúvidas no que eu faço.

Sua postura é própria do profissional que assume a formação continuada como condição de um trabalho profissional, sério e comprometido. Mais do que isso, ao identificar essa vontade de aprender como algo que a acompanha desde pequena, busca em sua própria história a compreensão da personagem que assume na vida pessoal e profissional, que mostra a maneira particular com que assume seus papéis e, sobretudo, que a impele a constantes metamorfoses.

Porque talvez, desde pequena, (risos), tenho essa coisa de querer saber mesmo. Quando você me faz essa pergunta me vem à memória eu na sala de aula, muito ávida, querendo saber, e o professor “Ah, que menina inteligente”. Essa coisa que se evidencia e que, talvez, tenha um lado de querer mostrar que sabe. Mas acho que vem daí, desse reforço até das pessoas, daquilo que você faz e que te estimula para querer aprender mais. Então, eu vejo que essa vontade de estudar e aprender já é própria desde a pré-escola. E de estudar e ser aplicada, de fazer as tarefas e tudo o mais, então isso vem de muito cedo. Tem uma coisa minha inesgotável de querer aprender, eu me lembro muito de eu sempre estar nesse movimento, querer buscar, de querer saber. Em outro aspecto tem até uma coisa meio obsessiva, de nunca parar, que vai ampliando essa consciência e isso tem a ver com a própria descoberta do próprio ser. Eu acho que isso vem junto, essa descoberta da prática profissional, intelectual e pessoal. (...) Eu acho que tem essa necessidade de querer saber, de querer aprender porque é bom para mim. Então,

a partir do momento que é bom para mim eu multiplico, não fica para mim, eu dou um pouco disso também para as pessoas ao fazer meu trabalho, eu acho que funciona assim.

Busca em sua constituição identitária, ao longo de sua história de vida, as explicações para compreender porque age dessa maneira, porque busca constantemente aprender e percebe que isso ocorre porque o saber, o aprender está ligado ao buscar o que é bom para ela. Assim, o que é bom para ela é passível de multiplicação, desenvolvendo uma personagem multiplicadora de seu aprendizado.

5) Percebendo o trabalho como educativo

Maria percebe que o trabalho social desenvolvido é um trabalho educativo e que as pessoas que ali trabalham são educadores.

Porque uma coisa que a gente sempre refletia nas reuniões de equipe, existe a denominação educador, assistente social, coordenador, psicólogo, auxiliar de serviços e cozinheiro, mas a gente foi compreendendo que na verdade todos nós ali éramos educadores, educadores sociais.

Nesse ponto é preciso parar e fazer uma reflexão. Conforme Rusche:

A história da Psicologia como profissão no Brasil confunde-se com a história da educação. Estudos e teses sobre aprendizagem, desenvolvimento, formação humana, transformação de atitudes geraram uma interface inevitável entre essas duas áreas (in: Carpigiani, 2008, p. 52)

Dessa forma, estudos sobre a prática psicológica na educação em geral e nas escolas em particular podem auxiliar nos estudos sobre as práticas psicológicas nos albergues. Olhar criticamente a instituição e suas relações internas; preocupar-se com os processos grupais no interior da instituição de forma que não haja

reprodução de preconceitos e situações de desigualdade; trabalhar para que ocorra processos que potencializam o desenvolvimento humano e a aprendizagem; que estabeleçam um espaço que incentive a formação de sujeitos críticos, transformadores e que tenham autonomia, me parece ser premissa do psicólogo, tanto aquele que trabalha na escola quanto aquele que atua em um albergue.

Assim, ao trazer estudos sobre o trabalho do psicólogo nas escolas, o faço por entender que os mesmos contribuem para a análise sobre o trabalho do psicólogo nos albergues.

Vale ressaltar também que a própria história da psicologia no Brasil está ligada à história da Educação, como nos conta Antunes (2003):

Assim como a Psicologia tornou-se constitutiva do pensamento educacional e da prática pedagógica, foram estes, por sua vez, a base sobre a qual ela se desenvolveu, a ponto de obter reconhecimento como profissão específica. (p. 162)

Isto posto, retornemos para a análise da narrativa de Maria, sob essa ótica educacional.

Maria percebe o trabalho desenvolvido como sendo educativo; no entanto, além dessa percepção, uma outra percepção se faz presente: nem todos da equipe compreendiam o trabalho sob essa ótica educativa.

(...) algumas pessoas não vestiam a camisa da entidade, não entendiam a missão e o objetivo da entidade. Não conseguiam entender que era um tipo diferente de trabalho, (...) tinha um outro objetivo, que era o de fazer a diferença.

Você estava em um trabalho social; então, tinha uma missão até transcendente, de fazer de fato uma modificação social. A gente percebia que tinha algumas pessoas que não entendiam esse espírito, que tinha uma missão social; então, eles não conseguiam entender que era educador, que tinha um papel educativo de fato, ajudar essa pessoa a pensar diferente, a ter

uma atitude diferente. (...) os auxiliares de serviços não se achavam educadores e parece que se restringiam ao trabalho da infra-estrutura, da limpeza, da comida. Mas tinha um trabalho, sim, de abordagem com esse convivente.

Eles também eram educadores, então a gente sempre dizia que todos éramos educadores e que os auxiliares eram educadores; não era apenas servir a comida ou lavar a louça ou ver se o quarto está limpo, mas era na própria atitude ter uma atitude educativa; então, quando tinha que recepcionar o convivente, recepcionar o convivente de que maneira? De qualquer jeito? De que maneira abordar o convivente alcoolizado, ou sob efeito de drogas? A gente percebia que nem sempre os auxiliares de serviço tinham essa postura educativa, e isso sempre foi uma pauta de reflexão.

A preocupação apresentada por Maria, de buscar uma postura educativa de todos os educadores envolvidos no atendimento, tem fundamento.

Isso se justifica numa reflexão apresentada por Rushe (2008), que menciona que o processo denominado de não-aprendizagem está, muitas vezes, relacionado ao fato de que a metodologia utilizada no atendimento não corresponde ao processo de desenvolvimento do indivíduo.

Em outras palavras, uma vez que os objetivos institucionais de incentivo à autoestima e à autonomia fazem-se presentes no albergue, ao estabelecer uma metodologia de atendimento, da qual nem todos os educadores têm clareza e nem assumem a intencionalidade dos objetivos educativos pretendidos esse fator dificultará o processo de desenvolvimento das pessoas ali atendidas e das que as atende, podendo ocasionar, por parte dos funcionários, comportamentos e atitudes contrárias aos objetivos institucionais.

Maria, como psicóloga, assume para si a responsabilidade de perceber a situação e iniciar um movimento para esclarecer esses objetivos.

Maria analisa a situação, a instituição e as pessoas objetivamente, atenta às necessidades daqueles a quem deve atender. É dessa perspectiva que ela define a base para a atuação das pessoas, seus papéis e suas identidades.

Apesar de perceber o trabalho como educativo, em seu relato o projeto educativo³² que se apresenta na instituição tem um foco disciplinador, ao invés de emancipatório. Isso porque as práticas educativas aparecem ligadas ao cumprimento das regras de convivência. Demonstra, com isso, que o caráter chamado educativo trabalhado no albergue está muito ligado ao cumprimento das regras institucionais e não ao estabelecimento de um processo amplo de atendimento e aprendizagem, constituindo-se mais como estabelecimento de regras e formas de controle institucional.

E qual que é essa atitude educativa? Por que uma atitude educativa é aquela que é permissiva? Então, como achar essa atitude que a gente está falando? Você pode muito bem cumprir a regra naquele determinado momento e ser educativo, você vai cumprir naquele momento com os objetivos propostos pela entidade, mas vai ter que ser firme como educador, dizendo “Olha, você chegou no espaço alcoolizado, com uma atitude agressiva, e não vai poder ficar no espaço”, vai ter que falar isso de uma forma extremamente tranqüila, firme, sem ser permissivo ou sem ser agressivo. Isso era uma coisa que a gente estava sempre refletindo, essa atitude educativa que vai fazer a diferença na vida da pessoa, que vai possibilitar que ela mude de atitude. Era sempre interessante essa reflexão.

E não era assim muito fácil. Muitas vezes a gente entendia que uma atitude, embora existisse a regra, caberia para uma pessoa da casa e não para a outra. Tinha também esse olhar muito subjetivo e que parecia inevitável, você entendendo aquela história do sujeito, em que momento caberia você flexibilizar e em determinado momento não, e não fazer cumprir a regra pela regra, tendo a regra como referência, como pauta, mas entendendo que caberia naquele momento um olhar de flexibilizar, de tolerância mesmo.

³² Projeto educativo aqui é considerado como projeto em que todos assumem a sua realização, por meio de intervenção educativa deliberada, com os educadores atuando intencionalmente com os educandos.

Essa percepção de que algumas pessoas da equipe não entendiam o trabalho educativo a ser desenvolvido, faz com que inicie um movimento para melhorar essa situação. O movimento que surge é o de investir na formação dos educadores, tendo a psicóloga Maria papel fundamental nesse processo de formação.

A personagem psicóloga institucional percebe a necessidade de desenvolver uma outra frente de atuação na instituição e daí surge a personagem Maria, formadora de educadores.

6) O psicólogo como formador de educadores

Maria assume a personagem formadora dos educadores, que também constitui seu papel de psicóloga, investindo na formação dos funcionários para a melhoria do trabalho educativo desenvolvido.

Começamos a pensar em investir em formação para o funcionário e isso ficou muito forte, da gente poder investir na formação e poder falar, continuar falando dessa questão do papel profissional, já que nem todos estavam entendendo isso.

E, nesse sentido, a “Saindo a Rua” investiu bastante na formação mesmo dos funcionários e ela permitiu também um trabalho que eu desenvolvi já no último ano, um trabalho mesmo de formação com os educadores, os auxiliares de serviço, de a gente pensar um pouco a conjuntura social, essa questão da dependência química, da gente ter um lugar que a gente pudesse refletir certas coisas.

A gente começou a ajudar nesse processo de seleção dos educadores e formulou um programa de formação e foi legal porque a gente percebeu que as pessoas também entendiam melhor o que é trabalhar com a população de rua antes de ir direto para esse trabalho e elas próprias iam se integrando com as outras.

Nesse sentido, conforme Rusche (2008) aponta, cabe ao psicólogo contribuir para a continuidade da formação dos educadores, garantindo que os mesmos reflitam a respeito dos processos educativos da instituição.

Como formadora de educadores, Maria percebe alguns motivos para que houvesse grande rotatividade entre os educadores do albergue.

Tinha muita rotatividade entre os educadores. O assistente social se mantinha mais, a coordenação também, mas tinha essa rotatividade em relação aos educadores e auxiliares, acho que justamente porque o educador tinha que estar mais no enfrentamento corporal, ele tinha que receber quando entrava, ele era o primeiro a resolver a questão de roubo, de agressividade, não deixava entrar quem estava alcoolizado. Tinha que dar suspensão. Ele entrava mais com essa coisa do enfrentamento, vamos dizer assim, ao psicólogo e ao assistente social era mais o papel da escuta, do compreender, do tentar entender essa dinâmica de funcionamento; parece que o educador tinha mais essa questão do julgamento junto, já o psicólogo tinha que ter um outro olhar, então talvez isso acabasse fazendo com que tivesse maior rotatividade entre os educadores.

Percebe-se que alguns educadores se equivocavam no atendimento aos conviventes, não apresentando uma postura mais compreensiva em seu atendimento.

Tinha muito essa rotatividade e a gente entendia que tinha educador equivocado, que tinha atitude um pouco mais dura com os conviventes, faltava um pouco esse olhar mais compreensivo, de entender melhor um pouco essa dinâmica do alcoolista e drogadicto, que não dava para você exigir que essa pessoa viesse bem.

Para buscar resolver essa questão, refletia com a própria equipe sobre como melhorar esse processo de atendimento. Ao identificar possibilidades, construía em conjunto com a equipe a maneira de resolvê-la.

Dessa forma, surge a primeira iniciativa, que envolvia desenvolver um trabalho de formação já na seleção dos novos educadores.

Tinha toda uma dinâmica que falhava às vezes, e aí a gente pensava “o que será que acontece, será que falhava ainda no processo seletivo, na primeira entrevista?”.

Então, vamos ajudar nesse processo de seleção. No começo do ano de 2008, a gente começou a ajudar nesse processo de seleção dos educadores e que coincidiu com esse novo convênio com a Assistência Social. Entraram mais educadores, entrou mais assistente social e aí a gente conseguiu, nesse processo de seleção, vários candidatos. Formulamos um programa de formação e foi legal porque a gente percebeu que as pessoas também entendiam melhor o que é trabalhar com a população de rua antes de ir direto para esse trabalho e elas próprias iam se integrando com as outras; mas também a gente percebia o seguinte, a gente percebeu que na verdade o local de formação é uma coisa e o local de trabalho é outra, então tem toda uma expectativa da pessoa que vai começar e toda aquela integração com o outro, mas quando você está no dia-a-dia, aí você conhece o que foi falado, o que foi cogitado na formação.

No próprio desenvolvimento dessa nova proposta e após sua aplicação, Maria vai percebendo, novamente, que trabalhar a formação inicial dos educadores é necessário, mas não suficiente; para que se chegue a uma ação efetiva, tem que se investir também em uma formação continuada.

E aí, de novo, todas as dificuldades próprias do trabalho educativo aparecem; então, na verdade a formação é uma contribuição que na verdade não resolve [sorrindo] Porque ela tem que ser contínua. Pretendia-se ajudar na seleção, mas essa formação tem que ser contínua. E isso é um fato, tem que ter a formação contínua sim, não dá para ela ser pontualmente, ela tem que ser contínua.

Maria pensa o trabalho numa perspectiva da psicologia educacional. Conforme Rusche, “a psicologia (...) tem um desafio: aproximar os conhecimentos psicológicos (...) dos educadores, a fim de contribuir na formação permanente destes.” (in: Carpigiani, 2008, p. 53).

A gente acabou percebendo que tinha essa coisa de resolver tudo na formação seletiva e na verdade a formação tem que continuar. O que é o papel do educador? O educador não tem

que ficar apenas na porta recebendo as pessoas, mas desenvolver alguma atividade sócio-educativa, e como começar isso, como é programar uma metodologia, um conteúdo programático para acontecer isso?

Então, esse se dar conta do educador novo, que ele também tem esse papel, ele também vai se dando no atendimento do dia-a-dia.

Por isso que eu digo que são dois campos, aquilo que acontece na formação seletiva e aquilo que acontece na formação do dia-a-dia, porque daí a gente vai vendo que o papel do educador, de qualquer profissional, ele vai se dando nesse dia-a-dia e que é necessária essa formação contínua do dia-a-dia. Isso é inerente ao papel do profissional, não tem como não ser assim. Na verdade é isso que faz com que o profissional vá se descobrindo, o que ele pode fazer, o que ele pode contribuir para melhor, para o serviço. Essa formação, que é a mais real, digamos assim, existe uma formação teórica, integrativa, mas também tem essa formação que atua no dia-a-dia, que se dá na dinâmica do próprio trabalho, da própria equipe.

A maneira como desenvolve seu trabalho de formação continuada dos educadores, no dia-a-dia, assume uma modalidade específica de formação de educadores, que é a formação em serviço, remetendo também a uma semelhança com o papel de psicóloga educacional, que ela qualifica como de orientação.

A gente atuava também para pensar ações para determinadas situações. Como encaminhar determinado caso, refletir sobre a situação de determinada pessoa ou pessoas com os educadores. Como olhar aquela questão, então isso também era formativo e informativo.

É interessante que eu era uma presença constante nas reuniões, nas intervenções da própria coordenação. Tinha uma solicitação de estar junto, justamente de ter esse olhar de intervenção; então, nesse sentido, eu senti o meu papel extremamente valorizado com a equipe e também com os usuários. Por exemplo, houve uma briga e, se naquele momento, a coordenação falasse, então eu estaria presente também. Com a equipe também era a mesma coisa.

A coordenação me chamava antes, então tinha um compartilhar do que aconteceu... “Então, você pode estar comigo? Legal que você esteja para me ajudar a refletir e pensar nos encaminhamentos.”

Então tinha também essa disponibilidade. Que era formação, eu vejo isso também como formação, de forma geral, da equipe.

Reforça essa interpretação, ao mencionar que seu papel era de orientação no espaço educativo do albergue.

Meu papel era justamente de ajudar, de provocar a consciência crítica dos próprios, das pessoas da equipe, um pouco de informar realmente sobre a questão da dependência da droga, da dependência do alcoolismo, do álcool e da droga. Muitas vezes carecia de informação mesmo, de que, por exemplo, a pessoa está em tratamento e não é porque ela está em tratamento que ela vai parar no dia seguinte; então, era de ter um pouco esse olhar da recaída, que teríamos que ter um pouco essa contingência. Muitas vezes, a própria atitude do auxiliar e dos educadores carecia de informação mesmo.

Nesse sentido eu me via como orientação, e um pouco também de questionar esse educador, esse papel, “por que essa atitude, por que não aquela?, em que estaríamos sendo diferentes agindo assim ou não?”. Então, tinha um pouco essa reflexão de provocar, de refletir, de fazer um pouco essa crítica.

Trabalhava esse papel de orientação tanto nas reuniões de equipe quanto no dia-a-dia do serviço.

Isso acontecia nas reuniões de equipe e no dia-a-dia; então, tínhamos em alguns momentos discussão entre um auxiliar de serviços e um convivente e entre um educador e um convivente. Então, meu papel era de sentar um pouco com esse auxiliar de serviços e esse educador e entender um pouco o que realmente aconteceu... e também depois de sentar um pouco com o convivente e tentar entender o que foi que aconteceu e como encaminhar essa situação. De que maneira poderíamos ter feito diferente, qual a compreensão global e de qual encaminhamento fazer para essa situação.

Percebe seu trabalho educativo atuando de maneira a valorizar os conteúdos que a própria pessoa traz. Demonstra preocupação em não trazer conteúdos já estabelecidos para ser passado.

E tem essa coisa de perceber o trabalho como educativo, essa preocupação em ser educadora, ajudar na formação, mas também uma preocupação de não quero impor a minha vontade, ensinar. Eu percebi que na verdade as pessoas já trazem coisas, então é um despertar que acontece naquela interação.

Nesse sentido, demonstra afinidade com o que Lima (2002) afirma sobre o processo de aprendizagem:

Todo processo de aprendizagem está articulado com a história de cada indivíduo, e o ser humano aprende mais facilmente quando o novo pode ser relacionado com algum aspecto da sua experiência prévia, com o conhecimento anterior, com alguma questão que o indivíduo se colocou, com imagens, palavras e fatos que estão em sua memória, com vivências culturais (p. 6)

Maria inicia a constituição de sua identidade profissional como psicóloga da instituição pelo que estava prescrito e estabelecido para o seu papel. No entanto, a contradição colocada pela realidade e necessidade das pessoas que lá são atendidas, faz com que se movimente, transforme a prescrição do papel e crie novas formas de ação. Vai além da reposição de papéis, criando novos papéis. Ao criá-los, ela cria também novas personagens, vivenciando a metamorfose. É na atividade que ela muda o que faz, transformando o que estava prescrito e vai além, transforma também as outras pessoas e seu ambiente.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a história da vida profissional de Maria possibilitou que conhecêssemos a constituição da identidade profissional do psicólogo em uma instituição socioeducativa denominada albergue.

Sua história profissional inicia com sua formação, com a graduação que lhe outorgou o direito de adentrar a categoria profissional de psicólogos brasileiros. Maria se formou como psicóloga e a história da psicologia foi parte constituinte de sua própria história como psicóloga.

A formação do psicólogo tem sido pautada por um foco no atendimento psicoterapêutico, individual. O atendimento em consultório aparece como a prática mais difundida após a formação do profissional e é esse o caminho seguido por Maria.

No entanto, assim como a Psicologia, que assumiu um movimento de compromisso social com a realidade brasileira, Maria também participa desse movimento, incorpora-o em sua maneira de ser e fazer-se psicóloga; relata não estar satisfeita somente com o atendimento no consultório e que o trabalho na área social a satisfaz.

Apesar de assumir o trabalho na área social, não tem como garantir sua sustentabilidade financeira, visto ter que exercer outra atividade profissional para se sustentar, atuando como psicóloga voluntária por alguns anos.

Essa situação reflete o próprio movimento da Psicologia em busca de reconhecimento.

A prática profissional como psicóloga remunerada e, portanto, que possibilita sua sustentação financeira se inicia com o trabalho com pessoas em

situação de rua. A partir desse momento, Maria assume seu papel como psicóloga de maneira integral, deixando o outro trabalho.

Ao iniciar o trabalho na instituição socioeducativa, Maria vai constituindo uma prática psicológica em que assume vários personagens, aqui vistos como manifestação do papel de psicóloga que lhe cabe na instituição.

Essas várias personagens se articulam na história de Maria, algumas vezes coexistindo e outras alternando entre si. Esse movimento nos mostra como sua identidade profissional no albergue foi se estruturando, desestruturando e reestruturando.

As personagens psicóloga clínica, psicóloga institucional, educadora e formadora de educadores se mesclam num vai-e-vem contínuo e constante, em que um não existe sem o outro e, algumas vezes, coexistem no mesmo tempo e espaço.

Constrói sua prática profissional na instituição a partir das necessidades e contradições que a realidade do trabalho apresenta. Demonstra comprometimento com os objetivos institucionais, naquilo que se relacionava aos fins propostos: o atendimento da população em suas necessidades. Esse olhar é seu guia ao longo do período que lá trabalhou.

Aqui, vale destacar, o que Rusche (2008) diz sobre os psicólogos:

Somos profissionais do desenvolvimento humano, do estudo dos tempos da vida. Somos profissionais das relações afetivas, das relações humanas, da formação da identidade, da relação desenvolvimento-aprendizagem, entre outros aspectos relevantes da psicologia. (...) somos profissionais da construção da autonomia. Devemos trabalhar em grupo e de forma cada vez mais interdisciplinar. (in: Carpigini, 2008, p. 53-54)

Maria assume para si, como psicóloga, a responsabilidade por desencadear os processos de mudança necessários para o melhor desenvolvimento do trabalho,

questionando e trazendo reflexões junto à equipe sobre o trabalho desenvolvido e as práticas vigentes.

Seu movimento de transformação, de metamorfose, possibilita que transforme o próprio ambiente de trabalho, que, uma vez transformado, a transforma também, num movimento dialético contínuo.

Começa a construir uma prática psicológica na instituição sem se ater somente a categorias e tipologias de atuação da psicologia já descritas ou teorizadas. Constrói sua prática a partir das necessidades apresentadas, desenvolvendo, dessa forma, novas práticas, que possam responder mais efetiva e competentemente aos desafios sociais que se evidenciam.

Busca na própria psicologia formas de trabalhar que atendam mais efetivamente às necessidades que surgem; no entanto, não se limita à psicologia e traz para o trabalho reflexões sobre atitude e atividades educativas, bem como a necessidade de se trabalhar a formação dos educadores. Da atuação multiprofissional avança para uma perspectiva interdisciplinar com base num modelo de ação coletiva.

Inicia seu trajeto na instituição como psicóloga clínica, atuando com foco nos problemas sociais apresentados pelos conviventes, especificamente aqueles que apresentavam problemas com álcool e drogas.

Esse tipo de atendimento perpetua um modelo institucional médico-clínico que acaba por individualizar os problemas apresentados pelos conviventes, muitas vezes responsabilizando-os e a seus familiares pelas condições objetivas em que se encontram. Propicia também a ampliação desse olhar para as condições econômicas e culturais como responsáveis pela situação do indivíduo, focando aspectos que são externos à instituição.

Ao voltar o trabalho socioeducativo para uma atuação de natureza terapêutica, deixa-se de discutir e realizar um atendimento mais voltado para as questões pedagógicas e coletivas.

Um modelo voltado para a problematização e responsabilização do indivíduo acaba por gerar um estigma, dificultando o trabalho a ser desenvolvido para incentivar a autonomia do sujeito.

Esse é um cuidado que a história de Maria traz à tona e nos faz refletir, uma vez que o modelo apresentado e inicialmente adotado por ela mostrou ser insuficiente.

Tratar somente o problema que se evidencia na população em situação de rua não condiz com o que a realidade demanda, assim como adotar um modelo de atendimento que utilize a concepção de consultório também não. O albergue é uma instituição socioeducativa diferenciada, com suas particularidades e necessidades e que, por isso, necessita de um profissional psicólogo que atue para atender essa demanda. Não cabe dentro da instituição um psicólogo padronizado.

A instituição socioeducativa deve ter cuidado para não exercer a função de classificar mais ainda os excluídos socialmente. Se formos analisar a própria concepção institucional do serviço albergue, podemos verificar que o mesmo é classificatório e estigmatizante pelo fato de ser um serviço para população em situação de rua, com suas placas de identificação e filas enormes para entrar.

No entanto, ao entrar no serviço e iniciar o atendimento, deve-se buscar romper com essa classificação estigmatizante. O atendimento não deve se voltar somente à disciplina, à adaptação do sujeito à sociedade que lhe excluiu, pois, caso seja esse o objetivo da instituição, seu trabalho, bem como o próprio trabalho do profissional psicólogo estará fadado ao insucesso. Pior ainda, todo o trabalho

desenvolvido estará perpetuando uma situação de exclusão, preconceito e estigma, em vez de desencadear um processo emancipatório.

Nesse sentido, concordamos com Santa-Rosa (2008) quando diz que a psicologia, quando aplicada somente para a busca da adaptação do sujeito, pode levá-lo a se responsabilizar pelos seus insucessos e sofrimentos, não levando em consideração as impossibilidades sociais que se impõem: “*Desconsiderando os aspectos impeditivos exteriores ao homem, as condições se mantêm, a fonte do sofrimento se perpetua*” (p.27).

A instituição socioeducativa albergue não deve ser um espaço de adaptação do indivíduo à sociedade, pelo contrário, para que o trabalho a ser desenvolvido no atendimento possa de fato contribuir para a transformação social, o albergue deve ser um espaço que contribua para que as pessoas reflitam e compreendam a realidade a sua volta, conhecendo as condições sociais impeditivas que dificultam e estabelecem sua exclusão.

Cabe ao psicólogo trabalhar para que a população atendida não distorça a realidade, mas consiga compreender as condições objetivas que interferem em sua vida para, com isso, conseguir buscar alternativas para modificá-la. Assim, concordamos com Santa-Rosa quando diz que:

(...) a psicologia (...) deve trabalhar visando a dois objetivos: impedir que a violência gerada nessas contradições se amplie e, ao mesmo tempo, contribuir para que profundas alterações sociais aconteçam, visando à verdadeira emancipação do homem. Entendemos que esse seja um compromisso ético que deve ser assumido pelo psicólogo, e o fazemos à medida que submetemos nossos próprios saberes e práticas à crítica, refletindo sobre o impacto que nossas ações produzem na sociedade e na vida psíquica dos homens que vivem em sociedade. (in: Carpigiani, 2008, pp. 33-34)

E é esse o movimento de Maria para a constituição de sua identidade. Ela reflete e questiona a própria prática e o próprio processo de atendimento na instituição, exercendo a personagem psicóloga institucional quando seu foco de trabalho passa a ser o próprio atendimento institucional e como se dá a prática realizada pelos vários atores educativos, a equipe de trabalho.

É por meio de seu trabalho como psicóloga clínica, no atendimento aos alcoolistas e drogadictos, que percebe a interrelação das ações dos outros profissionais envolvidos no atendimento e as conseqüências sobre a pessoa atendida. A partir dessa percepção, sua intervenção também passa a ser sobre as relações de trabalho, os papéis e atribuições de cada um no atendimento institucional realizado.

Além disso, percebe que o trabalho é educativo e que todos que ali trabalham são educadores, incluindo ela mesma. Assume a personagem educadora, que constitui também seu papel de psicóloga.

A atitude educativa passa a nortear a tomada de decisão e as intervenções realizadas junto aos conviventes. No entanto, para que esse olhar educativo alcance o resultado esperado, percebe a importância de todos os educadores, não só os que têm esse título, terem esse olhar e atitude. Sendo assim, passa a desenvolver um trabalho de formação dos educadores, assumindo, mais uma personagem, a da formadora de educadores.

Essa personagem constitutiva de seu papel de psicóloga tem uma função específica, contribuir para a formação dos educadores e, com isso, possibilitar a reflexão sobre os processos educativos da instituição.

Percebe-se, dessa forma, que fatores como histórico da profissão, formação acadêmica, necessidades e demandas da instituição e da população ali atendida e realidade social vivenciada, assim como os sentidos (pessoais) que lhes são atribuídos, são determinantes para a constituição da identidade profissional do psicólogo na instituição socioeducativa denominada albergue.

Conforme afirma Ciampa (2005, p.157), “*Identidade é história. Isso nos permite afirmar que não há personagens fora de uma história, assim como não há história (ao menos história humana) sem personagens.*”

Sendo assim, a constituição da identidade profissional de uma psicóloga em albergue se dá por meio de sua história de vida na instituição e essa história se produz a partir dos diversos personagens que ela assume para poder desempenhar seu papel profissional de maneira comprometida e responsável com a realidade vivida.

A admiração por Maria já existia antes desta pesquisa, mas durante a realização deste estudo ela foi aumentando e, agora ao término dela, me sinto honrada por ter compartilhado desse momento de sua vida e poder registrá-lo, de forma que essa experiência e conhecimento possa auxiliar a prática profissional de todos os educadores que trabalham dia-a-dia nos albergues da cidade, atendendo mais de 7 mil pessoas por dia.

Maria é metamorfose contínua. Sua busca por aprendizagem e seu compromisso com as necessidades que surgiam no seu trabalho demonstraram isso. Não ficou presa à mesmice que poderia ter lhe dominado, se seguisse exatamente o que se esperava dela no trabalho, o que estava prescrito para que ela desenvolvesse ou o que tinha aprendido na faculdade. Pelo contrário, a partir de sua prática

profissional no trabalho foi se transformando e, conseqüentemente, foi transformando seu mundo.

A prática de Maria contribui para a atuação dos psicólogos nos albergues. Vai além, contribui para a atuação de todos que trabalham no albergue, ao jogar luz para seu fator primordial, a educação e o papel de todos como educadores.

No entanto, não se limita somente a esse personagem que assume. Pelo compromisso com seu papel de psicóloga e, portanto, atenta às questões subjetivas do trabalho, transita livremente nos vários personagens que surgem para atender à necessidade institucional e, com isso, os objetivos propostos pela instituição. A mudança é constante, metamorfoseando-se em sua prática e, com isso, incentivando a própria metamorfose da instituição. Caso ficasse presa na mesmice, num personagem somente, não haveria metamorfose sua, nem da equipe nem da instituição.

Parafrazeando Raul Seixas, Maria é uma “*metamorfose ambulante*”, prefere ser assim a “*ter aquela velha opinião formada sobre tudo*”, todos saem ganhando com isso, pois, ao buscar a mudança e a transformação, também transforma sua atividade e a instituição.

Por fim, verificamos que a história da psicologia constituiu a história profissional de Maria e, ao mesmo tempo, a prática de Maria constitui a psicologia hoje, num movimento dialético em que a história da psicologia e a prática profissional se constituem mutuamente, construindo uma psicologia voltada para o compromisso social, atenta às necessidades sociais da realidade brasileira e que não fica esperando a mudança acontecer e seguindo os “scripts” passados na formação ou estabelecidos por outros. Pelo contrário, é uma psicologia em constante metamorfose, com tanta clareza em sua identidade e propósito que diante das

dificuldades e problemas que se apresentam na prática profissional, retorna para a própria psicologia em busca de caminhos para a transformação social e, nesse processo, também para a transformação da psicologia como ciência e profissão.

A luta coletiva iniciada na década de 1980, por uma psicologia que atendesse às necessidades sociais brasileiras, se concretiza na história de vida de Maria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de (org.). 2006. *Sentidos e significados do professor na perspectiva sócio-histórica: relatos de pesquisa*. 1ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.

AGUIAR, Wanda M. Junqueira. 2007. In: BOCK, GONÇALVES, FURTADO (Orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez. p. 129-140.

ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza; ALVARENGA, Augusta Thereza; FIEDLER-FERRARA, Nelson. 2004. O encontro transformador em moradores de rua na cidade de São Paulo. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v.16, n.3, s.p., set./dez. Disponível em: < www.scielo.br>. Acesso em: 08 de fev. 2007.

BAPTISTA, Marisa Todescan Dias da Silva. 1997. *Identidade e Transformação: o professor na universidade brasileira*. São Paulo: Unimarco Editora/EDUC.

_____, 2002. O Estudo de Identidades Individuais e Coletivas na Constituição da História da Psicologia. *Memorandum*, Belo Horizonte, vol.2, p. 31-38. Acessado em 29/02/2008 no endereço: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos02/baptista01.htm>

BOCK, Ana Mercês Bahia. 1999. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de psicologia*, Natal, vol. 4, n.2, p.315-329, jul./dez.

_____, 1997. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. *Psicologia Ciencia e Profissão*, São Paulo, v.17, n.2, p.37-42.

BUENO, Belmira Oliveira. 2002. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n.1, p. 11-30, jan/jun.

CARRARO, Telma Elisa; RADUNZ, Vera. 1996. A empatia no relacionamento terapêutico: um instrumento do cuidado. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 50-52, jul./dez.

CIAMPA, Antônio da Costa. 2005. *A estória de Severino e a história de Severina: um ensaio de psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de MACHADO, Maria Fernanda. 2004. “Hipersocialização” e eclipse do sujeito na provisão pública de bens e serviços para a população de rua. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v.80, p. 33-47, nov.

FORTES, Victor Manuel dos Reis Borges. *A constituição da identidade do professor do ensino secundário em Cabo Verde: uma abordagem sócio-histórica*. 2004. s.p. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Programas de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GIORGETTI, Camila. 2006. *Moradores de rua: uma questão social?* São Paulo: PUC-SP/FAPESP.

GOMES, Ana Maria R. 1998. *A difícil adequação entre “políticas educacionais” e a diversidade cultural: o debate atual e algumas das soluções propostas*. In: A POPULAÇÃO DE RUA – SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, 1998, Belo Horizonte. Anais, Belo Horizonte, Fórum de população de rua de Belo Horizonte, p.19-27.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. 2007. In: BOCK, GONÇALVES, FURTADO (Orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez. p. 113-128.

LIBÂNEO, José Carlos. 2004. In: LANE e CODO (orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense. p. 155 – 180.

_____. 2005. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez (8ª ed.)
Resenha de: LISITA, Verbena Moreira Soares de Sousa. 2007. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 31, mai/ago.

LOPES, Roseli Esquerdo; MALFITANO, Ana Paula Serrata; BORBA, Patrícia Leme de. 2006. O processo de criação de vínculo entre adolescentes em situação de rua e operadores sociais: compartilhar confiança e saberes. *Quaestio – Revista de Estudos de Educação*, Sorocaba, v. 8, n. 1, p. 121-131, mai.

LOVISI, Giovanni Marcos. *Avaliação de distúrbios mentais em moradores de albergues públicos das cidades do Rio de Janeiro e Niterói*. 2000. 187 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública/ Fiocruz. Rio de Janeiro.

MACHADO, E.M. s.ano. *Pedagogia e Pedagogia Social: educação não-formal*. s.p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná.
<http://www.boaaula.com.br/iolanda/producao/me/pubonline/evelcy17art.doc>
Acessado em 10 de outubro de 2008.

OZELLA, Sérgio, SANCHEZ, Sandra Gagliardi. 2007. In: BOCK, GONÇALVES, FURTADO (Orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez. p. 141-162.

RONCA, Vera de Faria Caruso. 2007. *Docência e admiração* (da imitação à autonomia). 1ª ed. São Paulo: Edesplan.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. 2005. *Vidas de Rua*. São Paulo: Huatec.

RUSCHE, Robson Jesus. 2008. *Psicologia Escolar: uma análise crítica*. In: CARPIGIANI, Berenice (Org.). *Lugares da Psicologia*. São Paulo: Vetor. p.51-86.

SANTANA, Juliana Prates et al. 2004. Os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento: idealizações e reconhecimento de objetivos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, s.l., v.18, p.134-142.

SANTA-ROSA, Ednilton José. 2008. Contribuições críticas para uma reflexão sobre a Psicologia Comunitária: limites e possibilidades. In: CARPIGIANI, Berenice (Org.). *Lugares da Psicologia*. São Paulo: Vetor. p.17-35.

SÃO PAULO. Lei Municipal nº 12.316, de 16 de abril de 1997. *Cria a política de atenção à população de rua*. São Paulo.

_____. Decreto Municipal nº 40.232. de 02 de janeiro de 2001. *Regulamenta a Lei 12.316/1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua na cidade de São Paulo*. São Paulo.

_____. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. 2003. *Estimativa e Censo da população em situação de rua*. São Paulo: SMADS/FIPE.

_____. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. 2006 a. *Avaliação dos serviços de atenção as pessoas em situação de rua conveniados, relativos às modalidades de albergues noturnos e albergues noturnos com núcleos de serviços*. São Paulo: SMADS/FIPE.

_____. Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo – PMSP. 2006b. *Política Intersecretarial de atendimento às pessoas em situação de rua*. Relatório Final. São Paulo: PMSP. (não publicado)

SILVA, Maria Lucia Lopes da. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. 2006. 220 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília.

SZYMANSKI, H. 2004. *A entrevista na pesquisa em educação a prática reflexiva*. Brasília: Plano.

VARANDA, Walter. *Do direito a vida à vida como direita* sobrevivência, intervenções e saúde de adultos destituídos de trabalho e moradia nas ruas da cidade de São Paulo. 2003. s.p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Departamento de Saúde Materno Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIEIRA, Maria Antonieta Costa, BEZERRA, Eneida e ROSA, Cleisa Moreno Maffei. 1992. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec.

VIGOTSKI, Levi Semionovitch. 2000. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2001. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.